

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Em 31 de dezembro de 2021



FUNDAÇÃO
renova

Fundação Renova
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Fundação Renova

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Renova em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Pedido de intervenção e extinção da Entidade

Chamamos a atenção para a Notas 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Ministério Público de Minas Gerais entrou com ação judicial, ainda em curso, requerendo a intervenção e a extinção da Fundação Renova. Essa situação, entre outras descritas nas Notas 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Fundação Renova

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



Fundação Renova

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Fábio Abreu de Paula

Signed By: FABIO ABREU DE PAULA 93519443600

CPF: 93519443600

Signing Time: 29 April 2022 | 22:04 BRT

Fábio Abreu de Paula

Contador CRC 1MG075204/O-0

Sumário

Mensagem da Administração	2
Abrangência dos Programas	2
Eixo Pessoas e Comunidades	2
Eixo Terra e Água.....	3
Eixo Reconstrução e Infraestrutura	3
Principais resultados no ano de 2021	4
Pessoas e Comunidades	4
Terra e Água	4
Reconstrução e Infraestrutura.....	5
Estratégia e alocação de recursos.....	6
Aplicação dos recursos	7
Origem dos recursos: dotações das mantenedoras	9
Cumprimento da cláusula 232 - Aportes para programas compensatórios	11
Destinação da dotação total de 2021	11
Posição do caixa	13
Despesas de gestão	13
Custeio do sistema de governança.....	14
Valor econômico direto gerado e distribuído.....	15
Perspectivas para 2022	16
1. Contexto operacional.....	24
2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis	26
3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas ...	34

4. Tributos a recuperar	36
5. Adiantamentos - Parcerias e acordos.....	36
6. Outros ativos	37
7. Bens destinados a terceiros.....	37
8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce.....	39
9. Imobilizado e intangível	40
10. Fornecedores	43
11. Salários, provisões e contribuições sociais.....	43
12. Tributos a recolher.....	45
13. Indenizações a pagar e outras	47
14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas.....	48
15. Provisão para causas judiciais	51
16. Patrimônio Líquido.....	53
17. Receitas	55
18. Despesas operacionais com programas.....	55
19. Despesas operacionais administrativas.....	58
20. Resultado financeiro	59
21. Aportes mantenedoras.....	60
22. Compromissos (commitments)	60
23. Cobertura de seguros (não auditada)	60

Mensagem da Administração

A Fundação Renova é a organização responsável pela execução da reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que completou 6 anos em novembro de 2021. Trata-se de uma organização sem fins econômicos, independente, cujo escopo de atuação é formado por 42 programas, executados em 39 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A Renova foi instituída e é regulada e limitada pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em março de 2016, pela Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., governos federal, estaduais e municipais, além de diversas outras organizações da administração pública e de interesse da sociedade civil.

A reparação ambiental e social dos danos causados pelo rompimento exige intervenções complexas, inéditas e sem precedentes no mundo, que a Fundação Renova realiza com a colaboração de milhares de pessoas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa e Entidades de atuação socioambiental no Brasil e no mundo - hoje são mais de 25 universidades e 40 organizações não-governamentais e instituições parceiras.

Abrangência dos Programas

Os 42 programas executados pela Renova estão divididos em três eixos temáticos (Pessoas e Comunidades, Terra e Água, Reconstrução e Infraestrutura), que agrupam os principais focos de cada frente no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

É importante relatar que os trabalhos de reparação geram, atualmente, mais de 6.000 empregos diretos e indiretos. Do total de postos gerados, 54% são ocupados por profissionais dos municípios afetados.

Até dezembro de 2021, o valor dos contratos firmados com fornecedores locais em toda a área de atuação da Fundação Renova foi de R\$ 1,07 bilhão, o que corresponde a 54% de todos os contratos firmados pela organização. O estímulo à contratação local cria condições para que se possa dar preferência a fornecedores e prestadores de serviços locais, de maneira a dinamizar a economia dos municípios impactados e aumentar a arrecadação de impostos municipais.

A apuração de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) gerados pelos serviços contratados e executados pela Renova e pela Samarco - em cumprimento às obrigações do TTAC - atingiu R\$ 245,2 milhões, sendo R\$ 47,9 milhões em 2021.

Eixo Pessoas e Comunidades

Frentes de atuação:

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar

- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

Programas relacionados: Levantamento e Cadastro dos Impactados; Ressarcimento e Indenização dos Impactados; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais; Proteção Social; Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; Recuperação de Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; Memória Histórica, Cultural e Artística; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada; Promoção à Inovação; Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; Desenvolvimento e Diversificação Econômica; Recuperação de Micro e Pequenos Negócios; Estímulo à Contratação Local; Auxílio Financeiro Emergencial; Educação Ambiental; Informação para a População; Comunicação Nacional e Internacional; Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários.

Eixo Terra e Água

Frentes de atuação:

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais

Programas relacionados: Assistência aos Animais; Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves; Retomada das Atividades Agropecuárias; Recuperação da Área Ambiental 1; Fomento ao CAR e PRA; Manejo de Rejeitos; Recuperação de Áreas de Preservação Permanente; Recuperação de Nascentes; Conservação da Biodiversidade; Recuperação da Fauna Silvestre; Fauna e Flora Terrestre; Preparação para Emergências Ambientais; Monitoramento da Bacia do Rio Doce; Unidades de Conservação.

Eixo Reconstrução e Infraestrutura

Frentes de atuação:

- Reassentamento
- Contenção de rejeito
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

Programas relacionados: Reconstrução de Vilas; Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas; Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento *In Situ* dos Rios Impactados; Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos; Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água; Gestão de Riscos Ambientais.

Principais resultados no ano de 2021

Pessoas e Comunidades

- As indenizações pagas alcançaram R\$ 5,63 bilhões em 2021 e R\$ 8,71 bilhões no acumulado, compreendendo danos referentes a água (R\$ 303,3 milhões) e gerais (R\$ 6,72 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 1,68 bilhão) para cerca de 363,5 mil beneficiados.
- Desde sua criação, em outubro de 2017, o Fundo Desenvolve Rio Doce, de incentivo à economia local, liberou R\$ 60,8 milhões para financiamentos de capital de giro para pequenas e médias empresas, sendo R\$ 8,9 milhões em 2021. Em paralelo, o Fundo Compete Rio Doce, com operações a partir de fevereiro de 2019 e que viabiliza o atendimento a empresas não elegíveis ao Desenvolve Rio Doce, disponibilizou R\$ 7,2 milhões em todo o seu período de operação. No total, ambos os fundos registraram 2.167 operações de crédito, no valor total de R\$ 68,0 milhões. Os desembolsos realizados pelo Fundo Desenvolve Rio Doce contribuíram para a manutenção de mais de 8.300 empregos em Minas Gerais e no Espírito Santo.
- O projeto Impulso Rio Doce, com investimento previsto de R\$ 4,9 milhões até setembro de 2022, aprovou 1.236 iniciativas de empreendedorismo para receber ações de consultoria, mentoria e capacitação em 40 localidades atingidas da bacia do rio Doce.
- Mais de 200 iniciativas de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo foram selecionadas pelo Edital Doce, de promoção e melhoria da qualidade de vida da população. São projetos voltados para o resgate e valorização das tradições culturais, do desenvolvimento das potencialidades turísticas e da reintegração das atividades esportivas e de lazer. Um total de R\$ 13,0 milhões será destinado aos projetos selecionados em 45 municípios.
- A entrega dos planos de revitalização de bibliotecas públicas de 37 prefeituras da bacia do rio Doce que aderiram ao Projeto Incentivo à Leitura foi concluída em novembro de 2021. Cada biblioteca pública participante do projeto terá até R\$ 200 mil, que poderá ser usado para a revitalização do espaço com a aquisição de livros, equipamentos, melhorias de infraestrutura e treinamento de profissionais. Ao todo, a Fundação Renova vai destinar até R\$ 7,8 milhões para a iniciativa.

Terra e Água

- Foram repassados até o momento, R\$ 18,0 milhões para o Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais.
- Foi concluída, no primeiro trimestre de 2021, a reparação de cerca de 550 hectares de florestas e áreas de preservação permanente (APPs) localizadas em Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova. O trabalho foi realizado em mais de 200 propriedades rurais afetadas diretamente pelos rejeitos, no qual foram plantadas 300 mil mudas de 96 espécies nativas. As áreas foram protegidas por cercamento ou pela própria vegetação nativa. Até o momento, destinaram-se R\$ 356,0 milhões às ações de restauração florestal das áreas diretamente impactadas.

- Projeto-piloto de Renaturalização do rio Gualaxo do Norte foi premiado no BRICS Solutions for SDGs 2021 (categoria Água Limpa e Saneamento).
- No que tange à Recuperação de Nascentes, em 2021 tiveram 1.137 nascentes com o processo de recuperação iniciada, 473 propriedades rurais parceiras nas ações de recuperação das nascentes, 3.356 nascentes inscritas no edital e R\$ 179 mil pagos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores rurais. Além disso, em junho de 2021, foi publicado o edital de mobilização dos produtores rurais para diversas localidades.

Reconstrução e Infraestrutura

- O programa de saneamento básico repassou durante o ano de 2021, R\$ 18,9 milhões para ações de esgotamento sanitário e resíduos sólidos para os municípios de Aimorés (MG), Alpercata (MG), Barra Longa (MG), Bom Jesus do Galho (MG), Bugre (MG), Colatina (ES), Conselheiro Pena (MG), Córrego Novo (MG), Dionísio (MG), Fernandes Tourinho (MG), Galiléia (MG), Governador Valadares (MG), Ipaba (MG), Ipatinga (MG), Itueta (MG), Linhares (ES), Naque (MG), Pingo d'Água (MG), Rio Casca (MG), Rio Doce (MG), Santana do Paraíso (MG), São Domingos do Prata (MG), São José do Goiabal (MG), Sem-Peixe (MG), Sobrália (MG), Timóteo (MG), Tumiritinga (MG) e consórcios CIMVALPI (Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga) e CONDOESTE (Consórcio Público para o Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo). Ao todo, já foram repassados R\$38,4 milhões. Simultaneamente, as prefeituras contam com assessoria técnica e oficinas de capacitação para desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras. Apenas em 2021, foram realizadas 956 visitas e reuniões de apoio técnico aos municípios e consórcios.
- Desembolsos para a construção dos reassentamentos alcançam a marca de R\$ 1,95 bilhão.
- Com o avanço das obras de infraestrutura e as construções das primeiras casas, o reassentamento de Bento Rodrigues ganha os contornos do distrito que foi desenhado juntamente com os moradores. As obras de infraestrutura estão concluídas, considerando vias, drenagem, energia elétrica, redes de água e esgoto das ruas. O posto de saúde e de serviços, a escola municipal e a estação de tratamento de esgoto estão finalizadas. Foram concluídas 47 casas e 73 estão em construção. Foram protocolados 202 projetos na prefeitura de Mariana.
- A infraestrutura de Paracatu de Baixo está em fase avançada, com execução de terraplenagem das vias de acesso e das áreas dos lotes, contenções, obras de bueiros de drenagem pluvial, adutora de água tratada e rede de esgoto. As obras das duas escolas e posto de saúde estão em andamento. Ao todo, 16 casas iniciaram a etapa de construção civil e 68 projetos foram protocolados na prefeitura.
- A Fundação Renova, atendendo a solicitações de famílias de Gesteira, apresentou proposta e fechou acordos com 28 núcleos familiares para aquisição de imóvel por meio do modelo de reparação do direito à moradia conhecido como reassentamento familiar. Destas famílias, 22 possuem seu imóvel adquirido, sendo que 18 destes imóveis já estão em nome dos atingidos. As demais seguem sendo atendidas em uma das etapas do processo de aquisição. Os acordos do reassentamento familiar foram homologados judicialmente no âmbito da ACP.

Após a compra do imóvel e transferência de titularidade para o responsável pelo núcleo familiar, a Fundação Renova fica responsável pelo apoio à família na mudança para a nova moradia, assim como pelo desenvolvimento de ações para restabelecer as atividades econômicas e produtivas tendo como referência as práticas das famílias existentes antes do rompimento.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade de métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Para mais informações sobre a evolução dos programas, acesse www.fundacaorenova.org.

Impactos da Covid-19

A Fundação Renova, para navegar em um cenário ainda desconhecido nos primeiros meses de 2020 agiu de maneira abrangente, ágil e adaptável. Desde o início, reconheceu a pandemia causada pelo novo coronavírus como uma crise de saúde global determinante de nossa época, com impactos duradouros para toda a sociedade, mesmo que de maneira desigual.

A Renova, com o objetivo de proteger seus colaboradores e as comunidades e seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, adotou medidas para redução da circulação das pessoas a partir de março de 2020. Colocou todos os colaboradores diretos trabalhando remotamente, suspendeu as atividades administrativas nos escritórios CIM (Centros de Indenização Mediada) e CIA (Centros de Informação e Atendimento) e paralisou temporariamente as atividades de campo das obras e recuperação florestal, mantendo somente algumas ações emergenciais e essenciais.

Estas medidas permaneceram durante todo o ano de 2021 total ou parcialmente, seguindo o principal critério de manter as pessoas em segurança. As restrições impostas pela Covid-19 tiveram diferentes impactos nas atividades da Fundação Renova, e afetaram sobretudo: as teorias da mudança dos projetos e programas, principalmente os de natureza socioeconômica, com foco na retomada econômica, nas novas demandas do território, nas interrelações entre o setor público e privado e na reestruturação e modernização das cadeias produtivas, como turismo e agricultura; nos programas socioambientais, com a geração de renda aos provedores de serviços ambientais e o desenvolvimento de soluções inovadoras para a recuperação e preservação da vegetação nativa; e por fim, na execução de grandes obras, por conta dos protocolos sanitários, do controle de fluxo de pessoas e no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Estratégia e alocação de recursos

Os valores de execução orçamentária dos programas do TTAC pela Fundação Renova, e o montante realizado pela Samarco, são apresentados a seguir de modo a demonstrar o atendimento ao compromisso de dotação para o exercício de 2021. O TTAC estabelece a realização de aportes anuais pelas mantenedoras para a formação do patrimônio necessário para a Fundação Renova executar os programas. Os aportes anuais são definidos com o objetivo de custear programas de duas naturezas distintas:

- I. **Programas compensatórios:** têm valor total determinado de R\$ 4,10 bilhões e envolvem duas frentes. A primeira é o financiamento do programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (PG 31), com total de R\$ 500,0 milhões. A segunda, com total de R\$ 3,60 bilhões, distribuídos em parcelas anuais de R\$ 240,0 milhões, durante 15 anos, a partir de 2016, destina-se a diferentes iniciativas de natureza compensatória, como a recuperação de nascentes e de Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica. Os recursos são corrigidos ao longo do tempo, pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, em atendimento à cláusula 257.
- II. **Programas reparatórios:** não têm limite de valor, ou seja, as ações necessárias deverão ser implementadas sem se condicionar a montantes estabelecidos. São consideradas de cunho reparatório ações e medidas que tenham como objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos diretamente derivados do rompimento da barragem de Fundão.

Aplicação dos recursos

Foram investidos R\$ 8.273,5 milhões nos programas do TTAC no exercício de 2021, sendo R\$ 8.101,0 milhões pela Fundação Renova e R\$ 172,5 milhões pela Samarco.

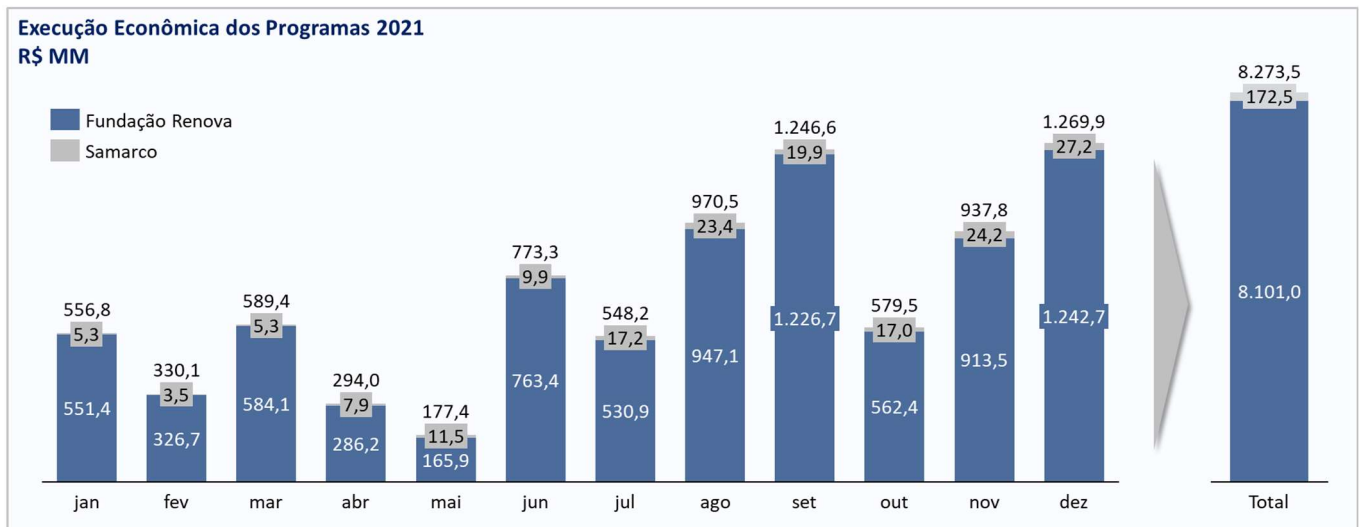


Gráfico 1: Execução econômica mensal – R\$ milhões



Gráfico 2: Execução econômica dos programas em 2021 – R\$ milhões

A execução econômica dos programas até 2021 totalizam R\$ 19.603,7 milhões, sendo R\$ 17.568,3 milhões pela Fundação Renova e R\$ 2.035,4 milhões pela Samarco.

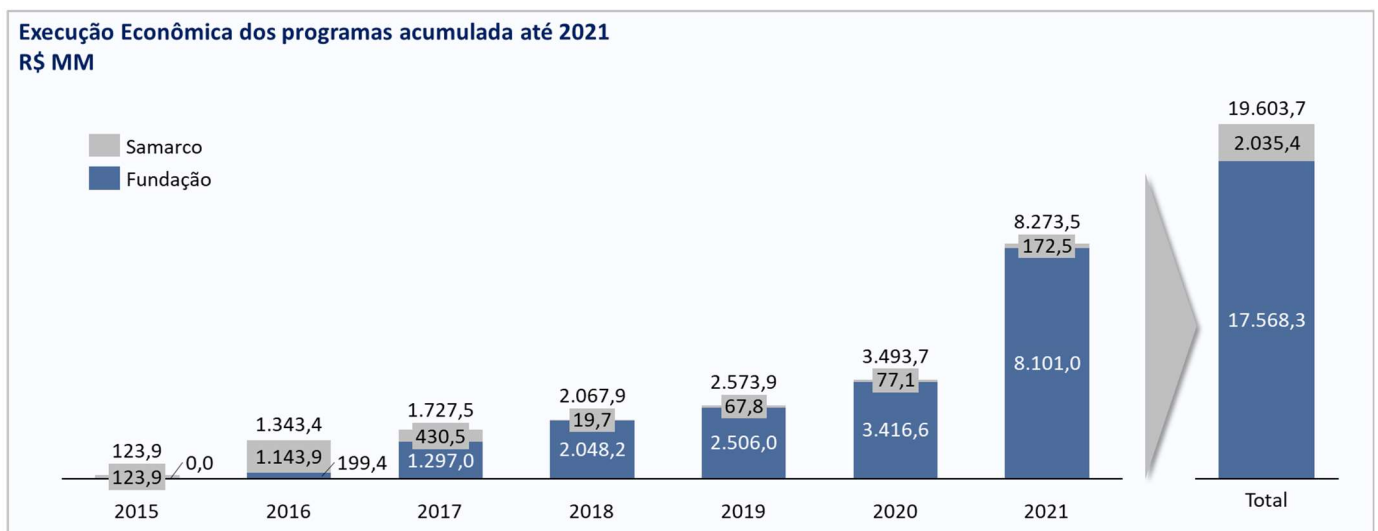


Gráfico 3: Fluxo econômico anual e acumulado – R\$ milhões

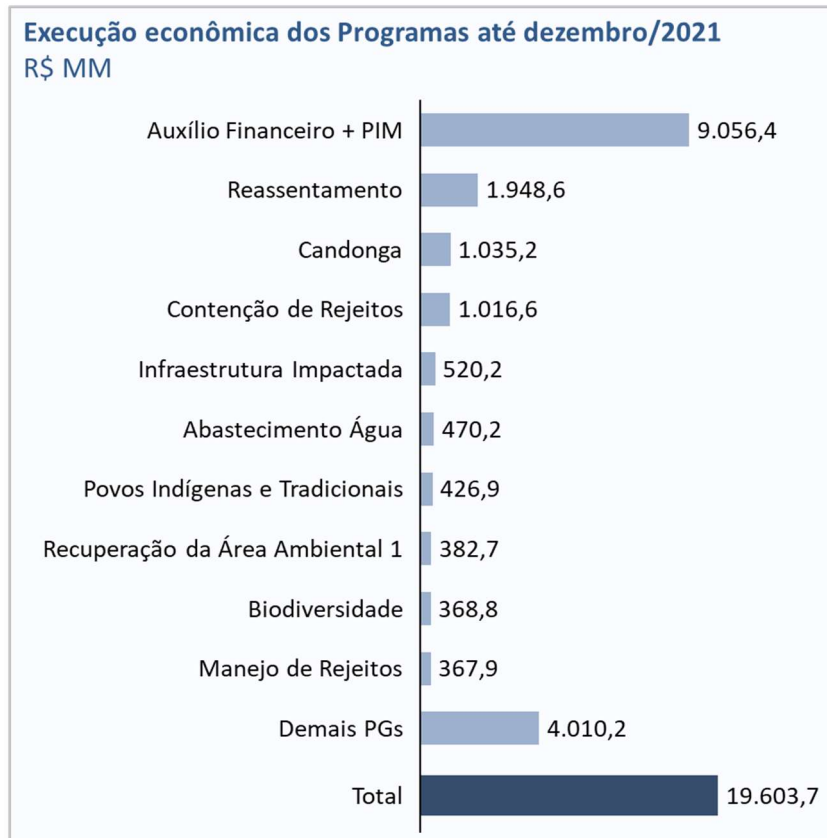


Gráfico 4: Execução econômica dos programas (acumulado) – R\$ milhões

Origem dos recursos: dotações das mantenedoras

Para o cumprimento das obrigações de 2021, foram aportados R\$ 8.000,0 milhões na Fundação Renova em 2021, pelas mantenedoras Samarco, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda, conforme demonstrado abaixo:

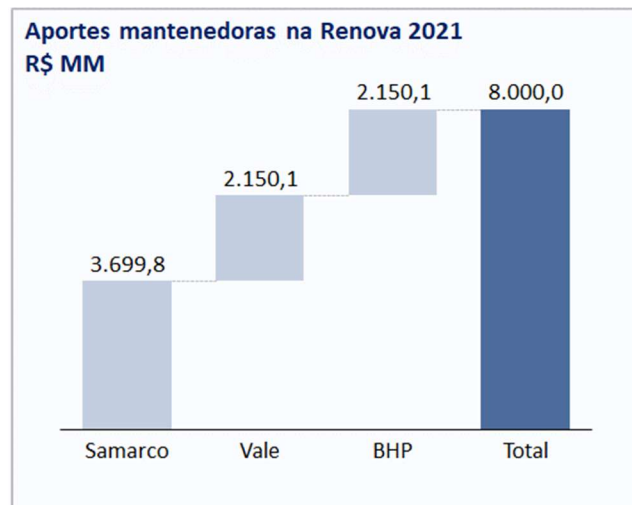


Gráfico 5: Aportes na Fundação Renova 2021 – R\$ milhões

Adicionalmente aos aportes de R\$ 8.000,0 milhões na Renova, foram realizados R\$ 172,5 milhões pela Samarco em atividades nas quais atuou em 2021 para o cumprimento dos programas do TTAC.

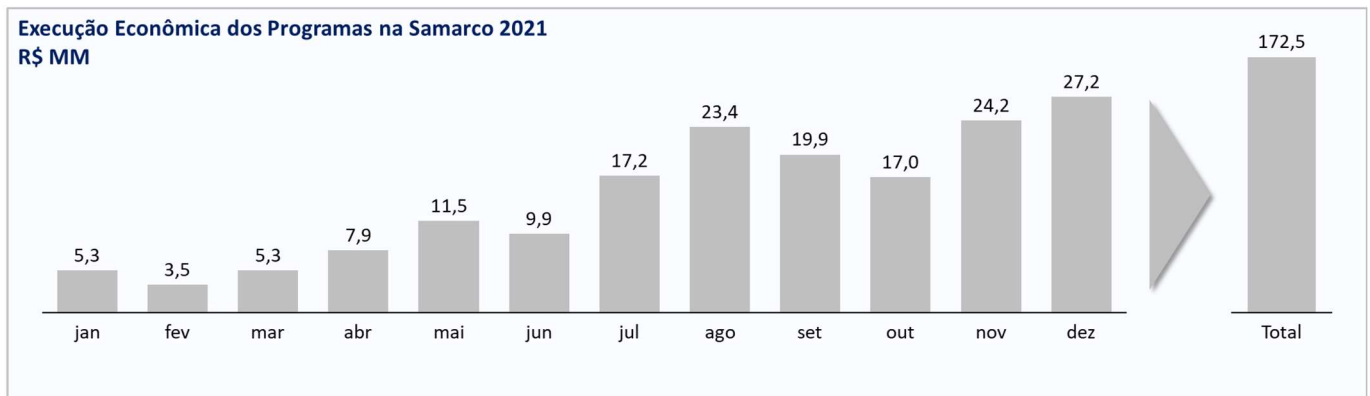


Gráfico 6: Execução econômica Samarco 2021 – R\$ milhões

Esses valores são considerados nas dotações anuais e, somados aos aportes na Renova, resultam em R\$ 8.172,5 milhões de aportes em 2021.

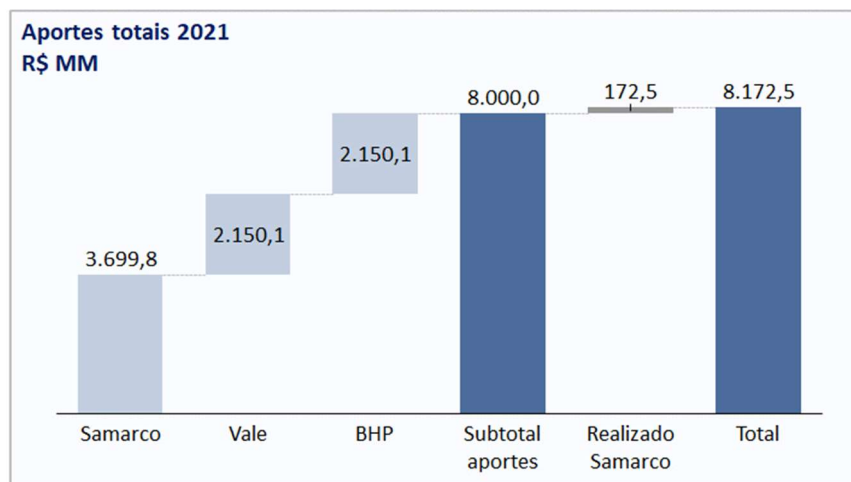


Gráfico 7: Aportes totais 2021 - R\$ milhões

Cumprimento da cláusula 232 - Aportes para programas compensatórios

Os aportes para programas compensatórios, em atendimento à cláusula 232 (R\$ 240 milhões), devidamente corrigidos pelo IPCA (R\$ 57,6 milhões), totalizam R\$ 297,6 milhões, já considerado no valor total aportado de R\$ 8.000,0 milhões, realizados pelas mantenedoras na Fundação Renova em 2021.

Destinação da dotação total de 2021

Para a consolidação dos aportes de 2021, foram considerados os recursos transferidos pelas mantenedoras por meio de depósitos para a Fundação Renova e os valores contabilizados pela mantenedora Samarco, com o objetivo de cumprir ações de programas do TTAC, devidamente auditados. A seguir, apresenta-se o detalhamento da destinação dos valores aportados pelas mantenedoras e os valores realizados pela Samarco em programas, no total de R\$ 8.172,5 milhões.

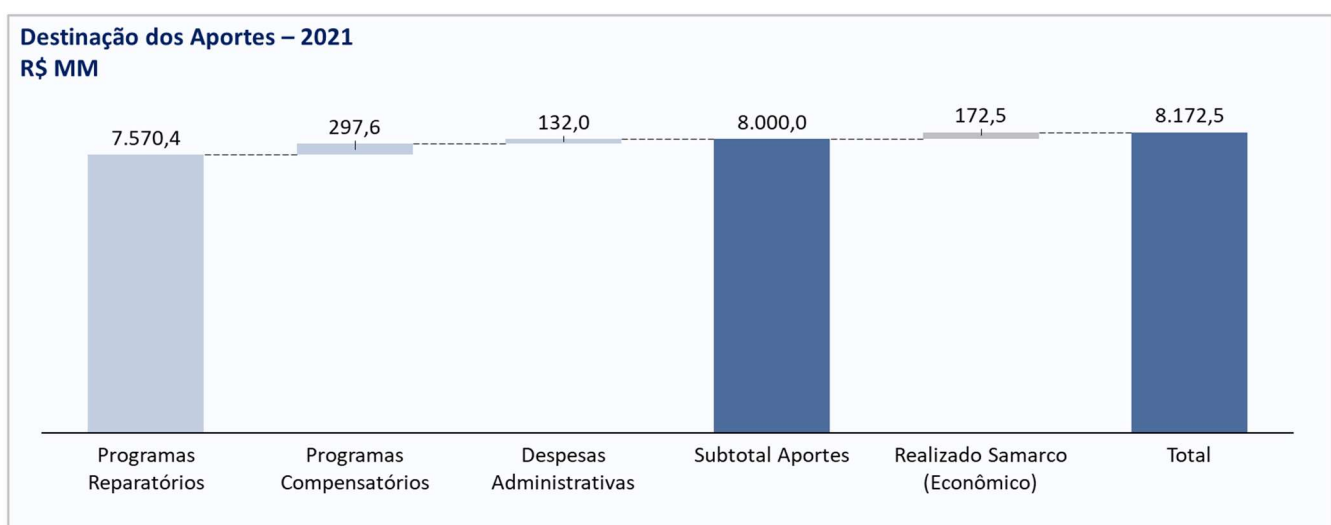


Gráfico 9: Destinação dos aportes em 2021 - R\$ milhões

Na visão acumulada, os aportes realizados diretamente na Fundação Renova totalizaram R\$ 19.010,3 milhões, que, adicionados aos valores desembolsados pela Samarco no custeio de programas, somam R\$ 21.045,8 milhões.

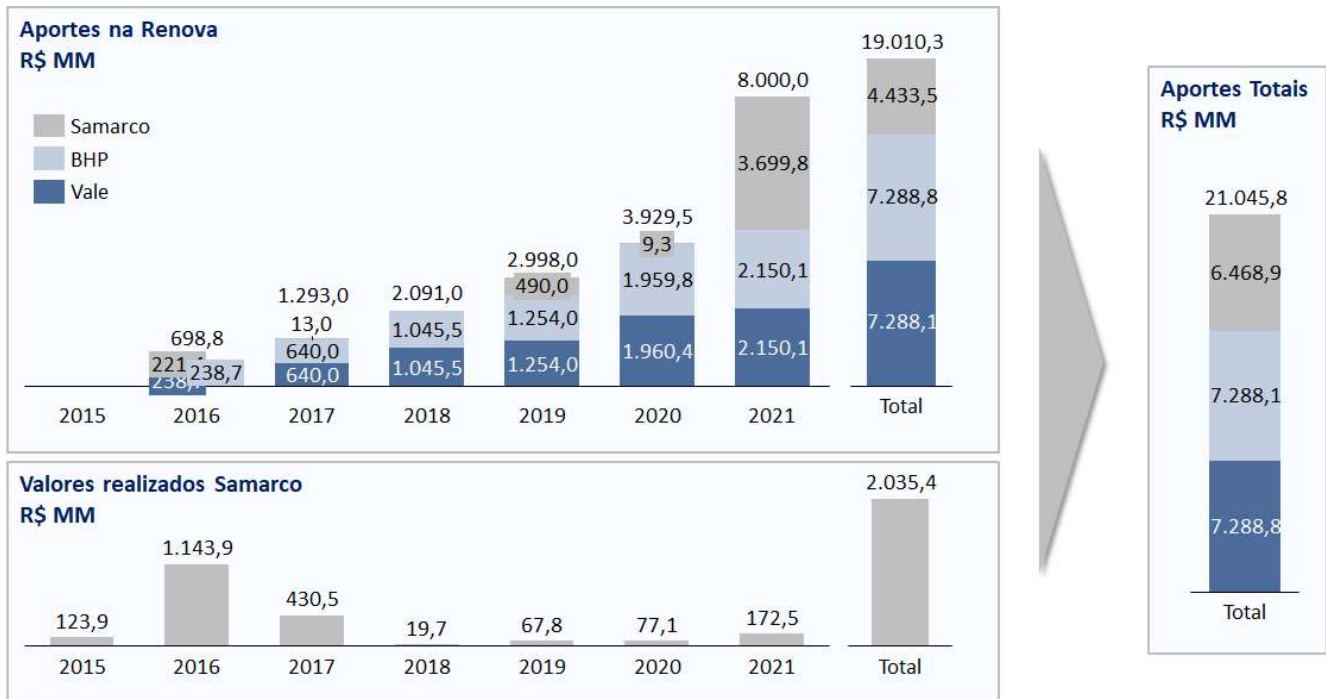


Gráfico 10: Aportes acumulados - R\$ milhões

Adicionalmente fazem parte dos aportes para a Renova os valores mantidos em depósito judicial pela ACP 0400.15.004335-6 (ACP Mariana), conforme item II da cláusula 227 do TTAC. Do montante inicial de R\$ 300 milhões, R\$ 62,9 milhões foram liberados até dezembro/2021, restando R\$ 237,1 milhões bloqueados. Considerando o saldo bloqueado de R\$ 237,1 milhões, que são recursos destinados à execução dos programas, os aportes acumulados totalizaram R\$ 21.282,8 milhões.

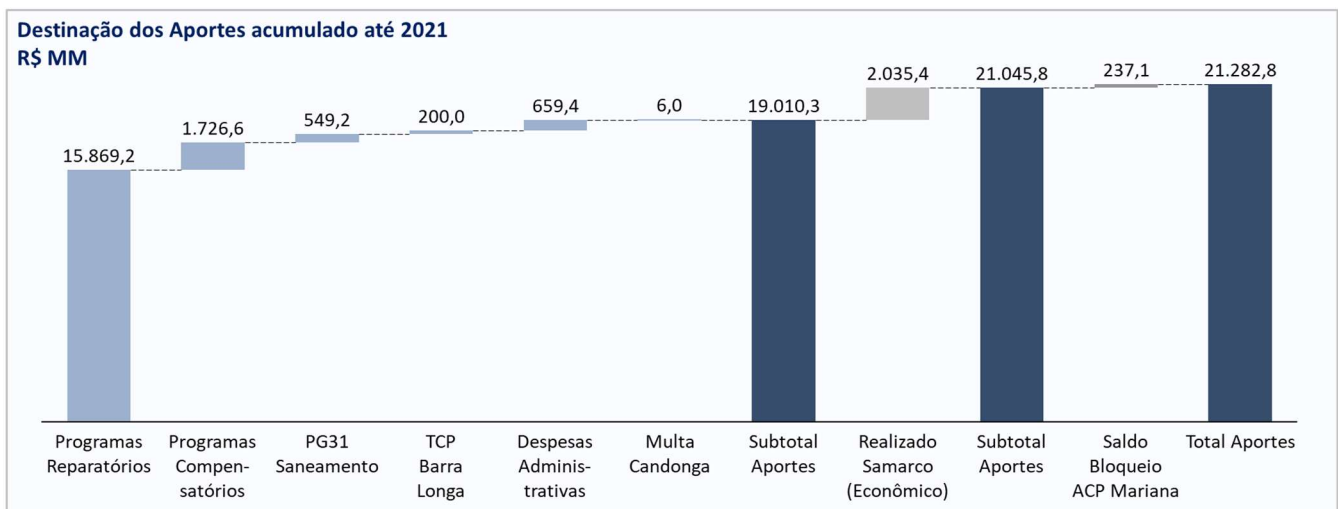


Gráfico 11: Destinação dos aportes (acumulado) – R\$ milhões

Posição do caixa

O total de recursos no caixa da Renova ao final de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.211,2 milhões, sendo R\$ 641,7 milhões referentes aos recursos para o PG31 – Saneamento (cláusula 169) e o restante destinado às demais obrigações da Renova para programas, principalmente às indenizações com propostas aceitas e em homologação judicial, e despesas administrativas.

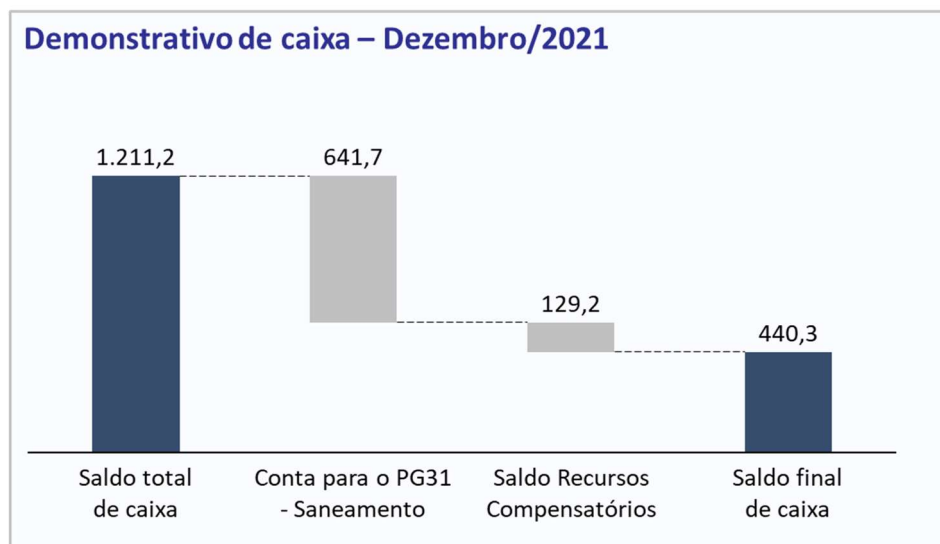


Gráfico 12: Demonstrativo de caixa em dez/2021 - R\$ milhões

Despesas de gestão

São tratadas como despesas de gestão todas aquelas relacionadas ao custeio da estrutura corporativa da Renova. O valor total realizado em 2021 foi de R\$ 321,7 milhões, sendo 58% (R\$

186,4 milhões) direcionados às despesas finalísticas - estrutura voltada diretamente à execução dos programas e o restante (R\$ 135,3 milhões), às despesas administrativas das áreas de suporte, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas.

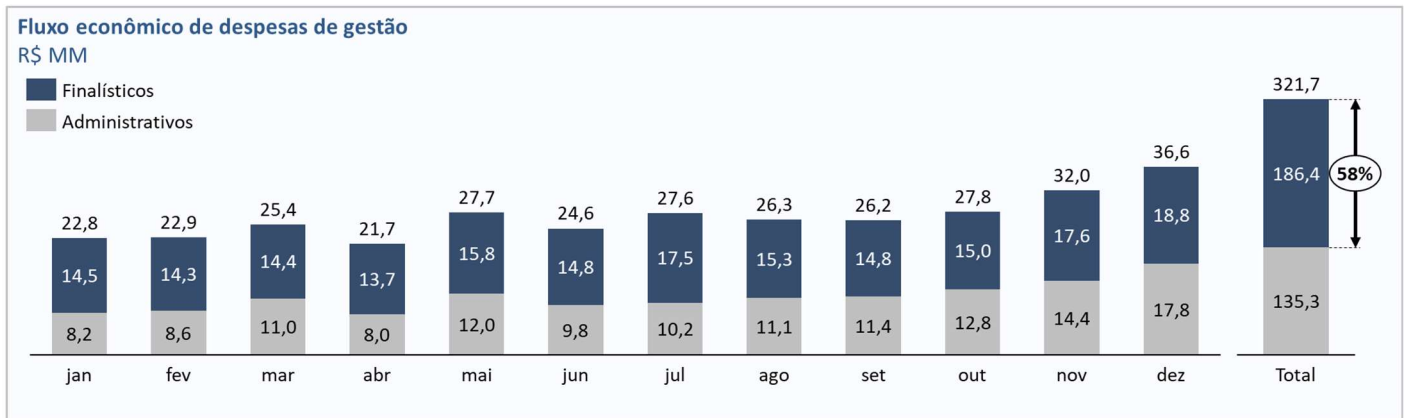


Gráfico 13: Fluxo econômico de despesas de gestão 2021 - R\$ milhões

Custeio do sistema de governança

Além das despesas para cumprimento das ações dos programas e despesas administrativas, a Renova é responsável pelo custeio das reuniões e despesas para viagens dos membros da governança do CIF, bem como de atingidos, atendendo ao estabelecido no TAC Governança. O valor realizado com o custeio do sistema de governança em 2021 foi de R\$ 4,1 milhões.

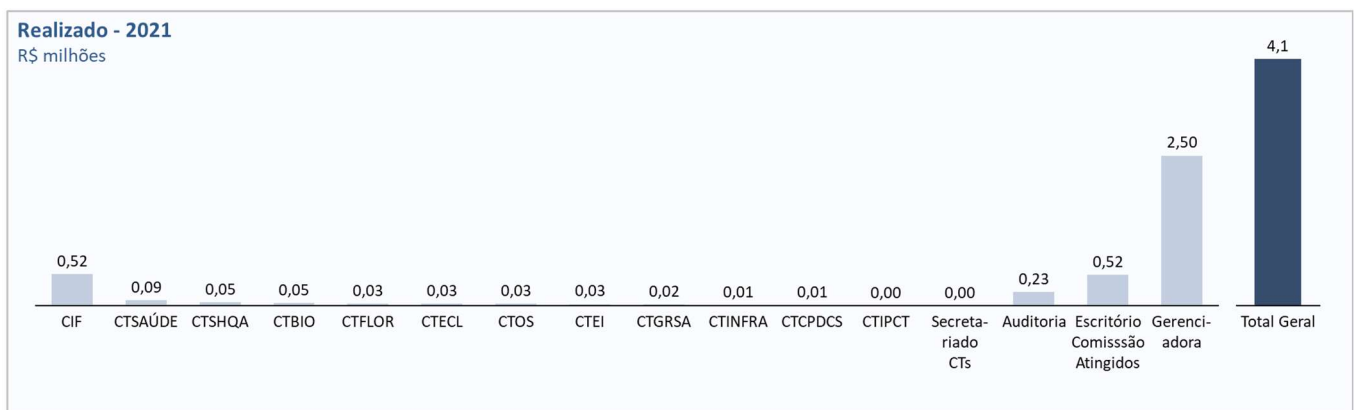


Gráfico 14: Custos realizados no sistema de governança 2021 - R\$ milhões

O custeio do sistema de governança foi iniciado em agosto de 2018 e os valores realizados desde esse período totalizaram R\$ 15,3 milhões.

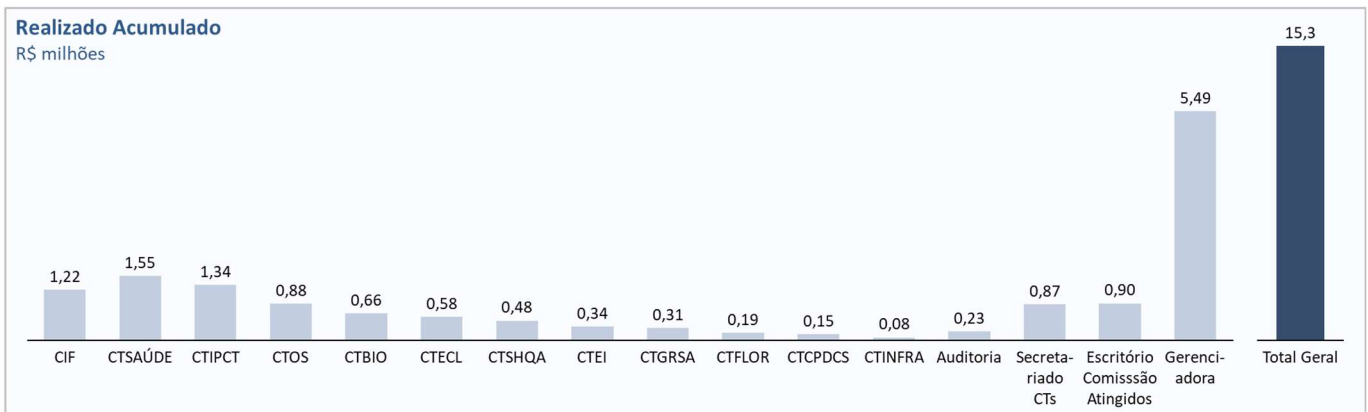


Gráfico 15: Custos realizados no sistema de governança (acumulado) - R\$ milhões

Valor econômico direto gerado e distribuído

As operações realizadas pela Fundação Renova em 2021 geraram R\$ 328,1 milhões em tributos municipais e federais.

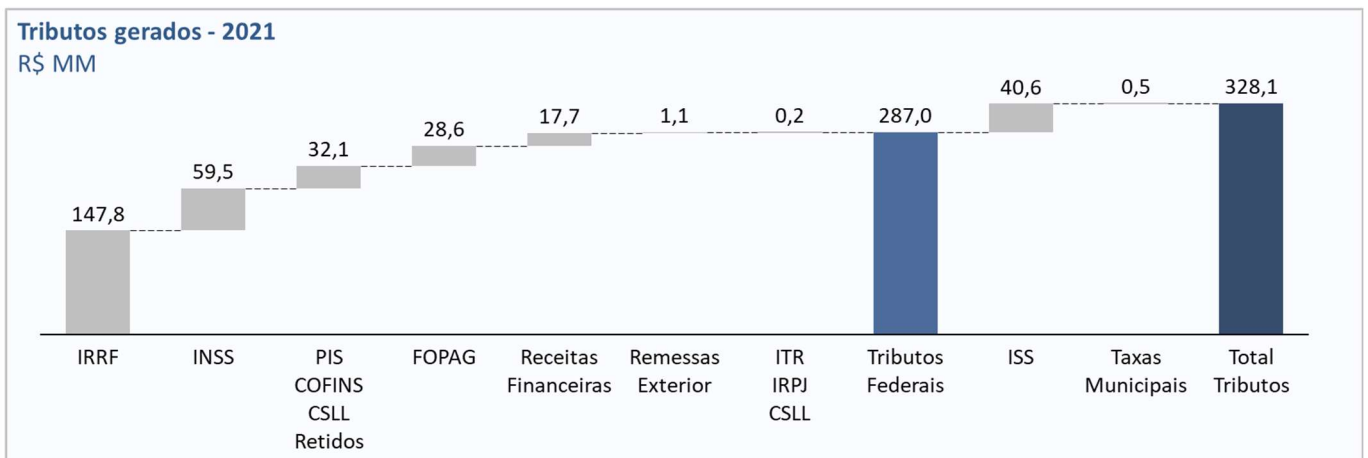


Gráfico 16: Tributos gerados em 2021 - R\$ milhões

Para o período entre 2016 e 2021, a carga tributária apurada foi de R\$ 215,3 milhões para os tributos diretos. Além dos tributos diretos, as operações realizadas pela organização geraram R\$ 772,8 milhões de tributos indiretos municipais e federais retidos desde o início de suas operações. O valor total apurado até dezembro de 2021 foi de R\$ 988,0 milhões.

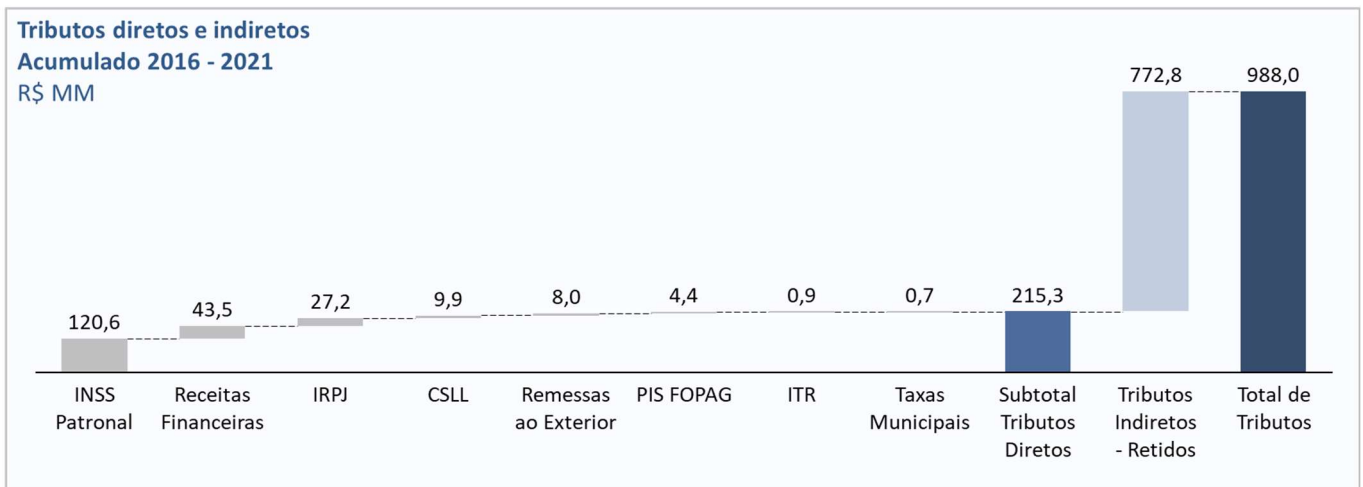


Gráfico 17: Tributos diretos e indiretos (acumulado) – R\$ milhões

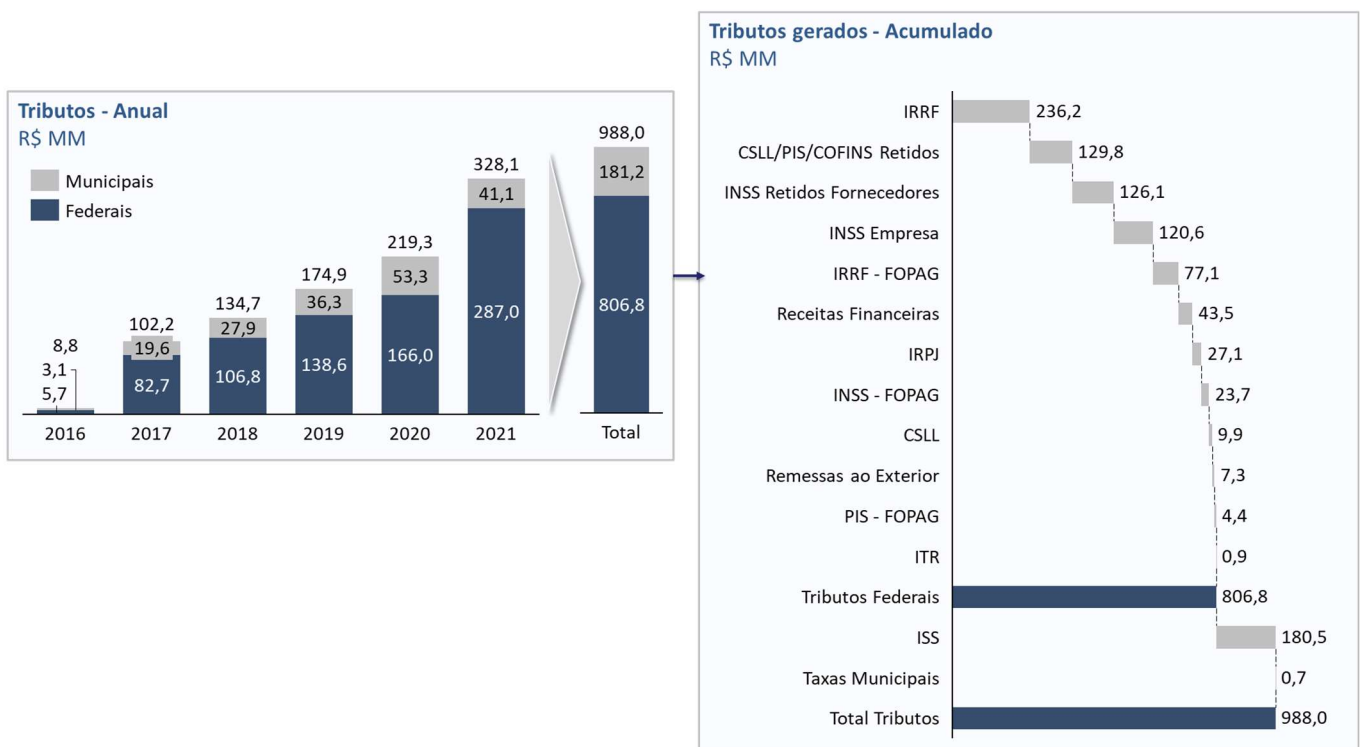


Gráfico 18: Evolução anual de tributos – R\$ milhões

Perspectivas para 2022

Foram orçados R\$ 10,46 bilhões para o exercício de 2022. A composição desta previsão, que não gera obrigações, considera os custos para a execução dos programas do TTAC (R\$ 10,23 bilhões),

as despesas administrativas (R\$ 199,2 milhões) e o custeio do sistema de governança (R\$ 23,5 milhões).

Os recursos necessários para execução das atividades planejadas para o próximo ano são da ordem de R\$ 9,77 bilhões, sendo R\$ 322,0 milhões para os programas compensatórios (cláusula 232) e o restante para atender a execução dos programas reparatórios, despesas administrativas e custeio do sistema de governança.

As mantenedoras da Fundação Renova têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pela Fundação Renova e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas dos programas. Para tanto, as mantenedoras realizarão contribuições suficientes para cobrir as obrigações previstas para o próximo ano.

Decisões judiciais podem alterar a previsão, sobretudo, em indenizações, que somam uma quantia considerável de recursos. A Fundação Renova está mobilizada para cobrir os passivos de curto prazo gerados por tais decisões.

Ao mesmo tempo, a Fundação Renova buscará construir soluções que proporcionem às comunidades condições para a retomada da atividade econômica de forma sustentável, diversificada e inclusiva. A organização está empenhada também em transformar as ações previstas no TTAC em frentes indutoras de desenvolvimento, com iniciativas de curto, médio e longo prazos, com foco na reparação.

Síntese

Foram investidos R\$ 19,60 bilhões nos programas desde dezembro de 2015, em ações relacionadas aos impactos socioeconômicos e socioambientais procedentes do rompimento da barragem de Fundão, sendo R\$ 18,02 bilhões em ações reparatórias e R\$ 1,58 bilhão em ações compensatórias.

Somente em 2021, os recursos investidos em programas totalizaram R\$ 8,27 bilhões, R\$ 4,78 bilhões a mais do que em 2020. As despesas de gestão administrativas somaram R\$ 135,3 milhões, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas, e o custeio do sistema de governança requereu R\$ 4,1 milhões em 2021.

As indenizações pagas alcançaram R\$ 5,63 bilhões em 2021 e R\$ 8,71 bilhões no acumulado, compreendendo danos referentes a água (R\$ 303,3 milhões) e gerais (R\$ 6,72 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 1,68 bilhão).

As mantenedoras aportaram diretamente na Fundação Renova R\$ 19,01 bilhões, sendo R\$ 8,00 bilhões em 2021.

A distribuição dos recursos reflete a materialidade e a complexidade dos programas, afeta e determina a geração de valor, além de fornecer subsídios para decisões relacionadas a investimentos futuros.

A seguir, são apresentadas as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Diretoria

André Giacini de Freitas
Diretor-presidente

Adriano Haueisen Batista
Diretor de Planejamento e Gestão

Carlos Eduardo Vaz de Mello Tannus
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor de Programas

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO

Circulante	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	440.339	290.974
Aplicações financeiras vinculadas	3	770.856	1.130.494
Tributos a recuperar	4	19.357	6.006
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	143.337	125.320
Outros ativos	6	40.564	16.451
Total do ativo circulante		1.414.453	1.569.245
Não circulante			
Bens destinados a terceiros	7	1.464.919	1.048.215
Valores a receber - Fundos Desenvolve Rio Doce	8	50.946	47.606
Depósito judicial	15	40.593	8.355
Imobilizado	9	38.214	22.429
Intangível	9	3.817	5.691
Ativo direito de uso	9	1.222	1.860
Total do ativo não circulante		1.599.711	1.134.156
TOTAL DO ATIVO		3.014.164	2.703.401

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota	2021	2020
Fornecedores	10	232.795	127.260
Salários, provisões e contribuições sociais	11	19.249	18.090
Tributos a recolher	12	44.017	26.568
Indenizações a pagar e outras	13	75.822	150.341
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	467.314	1.708.274
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.a	32.879	43.175
Passivo arrendamento	9	917	1.407
Outros passivos		4.914	651
Total do passivo circulante		877.907	2.075.766
Não circulante			
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	2.180.764	675.862
Provisão para causas judiciais	15	14.057	9.743
Passivo de arrendamento	9	305	453
Total do passivo		3.073.033	2.761.824
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	16	18.350.904	10.482.904
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	(18.350.904)	(10.482.904)
Déficit do exercício		(58.869)	(58.423)
Total do patrimônio líquido		(58.869)	(58.423)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.014.164	2.703.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Receita operacional - aportes	17	7.676.644	2.821.178
Receitas de contribuições	17	142.296	160.119
Receitas de serviços voluntários	17	3.734	2.925
Total de receitas		7.822.674	2.984.222
Despesas operacionais			
Com programas	18	(7.676.644)	(2.821.178)
Gerais e administrativas	19	(142.296)	(160.119)
Serviço voluntário	19	(3.734)	(2.925)
Total de despesas operacionais		(7.822.674)	(2.984.222)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		-	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	74.892	24.668
Despesas financeiras	20	(134.002)	(82.879)
Variações cambiais líquidas		42	(214)
Outras receitas operacionais		2	2
Déficit antes do imposto de renda e da contribuição social		(59.066)	(58.423)
Imposto de renda e contribuição social	12	197	-
Déficit do exercício		(58.869)	(58.423)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Déficit do exercício	(58.869)	(58.423)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(58.869)	(58.423)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio Social	Transferência	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		6.707.173	(6.707.173)	13.246	13.246
Dotação das mantenedoras	16	3.775.731	-	-	3.775.731
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(3.775.731)	(13.246)	(3.788.977)
Déficit do exercício		-	-	(58.423)	(58.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		10.482.904	(10.482.904)	(58.423)	(58.423)
Dotação das mantenedoras	16	7.868.000	-	-	7.868.000
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(7.868.000)	58.423	(7.809.577)
Déficit do exercício		-	-	(58.869)	(58.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		18.350.904	(18.350.904)	(58.869)	(58.869)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(58.869)	(58.423)
Ajustes para reconciliar déficit do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	4.415	4.671
Atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	126.011	79.082
PCLD - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	1.659	1.561
Provisão para causas judiciais	15	4.314	6.421
		77.530	33.312
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Conta receber - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	(4.999)	(3.091)
Depósitos Judiciais	15	(32.239)	(7.747)
Tributos a recuperar	4	(13.350)	10.164
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	(18.017)	(3.149)
Outros ativos	6	(24.112)	28.004
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	105.535	(92.470)
Salários, provisões e contribuições sociais	11	1.160	3.329
Impostos a recolher	12	17.449	7.148
Indenização a pagar e outras	13	(74.519)	(16.008)
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	196.354	957.644
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.b	(10.296)	(6.356)
Outros passivos		4.260	634
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		224.756	911.414
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Bens destinados a terceiros	7	(416.704)	(631.455)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(18.326)	(10.954)
Aplicações financeiras vinculadas – entradas	3	(240.000)	(240.000)
Aplicações financeiras vinculadas – rendimentos	3	(88.053)	(62.461)
Aplicações financeiras vinculadas – resgates	3	687.692	295.732
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(75.391)	(649.138)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		149.365	262.276
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	290.974	28.698
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	440.339	290.974
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		149.365	262.276

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Fundação Renova ("Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A Fundação Renova possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S.A. (Samarco) - como Mantenedora Principal - Vale S.A. (Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda. (as três em conjunto como mantenedoras subsidiárias), são responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos atingidos, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e diversos órgãos governamentais.

A Fundação Renova possui as seguintes inscrições e títulos:

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016;
- CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 25.135.507/0001-83.

1.1 Atualização sobre o pedido de intervenção, reprovação das contas e extinção da Fundação Renova pelo Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça Especializada na Tutela de Fundações (MPMG)

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou em 24.02.2021 a ação civil pública nº 5023635-78.2021.8.13.0024, em trâmite da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte com a finalidade de se decretar a intervenção judicial sobre a Fundação Renova, com o estabelecimento de um desenho de transição e a extinção da referida Entidade, haja vista a suposta existência de desvio de finalidade nos seus objetivos estatutários.

Após esse movimento do MPMG, a Advocacia Geral da União - AGU na condição de representante do Comitê Interfederativo (CIF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Mineração (ANM) e Agência Nacional de Águas (ANA) requereu ao juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte, responsável pela Ação Civil Pública PJe n. 1024354-89.2019.4.01.3800 (autos físicos n. 0069758-61.2015.4.01.3400)" a criação de um eixo prioritário de decisão, visando uma remodelação do processo de governança.

No dia 16.03.2021, o Juízo da 12ª Vara Federal deferiu os pedidos liminares no sentido de inaugurar o Eixo Prioritário n. 13, visando realizar um diagnóstico completo da Fundação Renova a serem realizados por perito externo nomeado judicialmente (A.T. Kearney Ltda.), que previu no plano de trabalho um relatório sobre "a performance de uma organização cujo propósito é a entrega de um programa complexo envolvendo diversas iniciativas pode ser

avaliada a partir de quatro dimensões fundamentais", quais sejam, "Governança, Preparação dos Programas, Recursos e Acompanhamento.

A União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apresentaram no Superior Tribunal de Justiça o Conflito de Competência n.º 179.834 a fim de declarar a 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - SJMG competente para processar e julgar a ACP nº 5023635-78.2021.8.13.0024, pedido este deferido em 24.05.2021 para suspender a referida Ação Civil Pública e confirmar a competência da 12ª Vara Federal para julgamento de todas as ações com impacto difuso ou coletivo no processo reparatório e compensatório decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

No dia 03.11.2021 foi apresentado pelo perito judicial nomeado o Laudo Preliminar que, de forma geral, concluiu que a estrutura da Renova é adequada e está em condições de seguir a frente do processo de reparação, cumprindo as diretrizes do sistema de governança, necessitando apenas de ajustes normais de algumas de suas práticas e novo desenho atual da governança para que a reparação consiga andar na velocidade adequada às necessidades dos territórios e dos atingidos.

A perícia judicial foi retomada em 14.03.2022, visando a conclusão da Fase Complementar e Final, tal como requerido pelas partes.

1.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A Renova, com o objetivo de proteger seus colaboradores e as comunidades e seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e das autoridades governamentais do Brasil, adotou medidas para redução da circulação das pessoas a partir de 16/03/2020. Colocou todos os colaboradores diretos trabalhando remotamente, suspendeu as atividades administrativas nos escritórios CIM (Centros de Indenização Mediada) e CIA (Centros de Informação e Atendimento) e paralisou temporariamente as atividades de campo das obras e recuperação florestal, mantendo somente algumas ações emergenciais e essenciais. O principal critério utilizado para a interrupção temporária e a retomada das atividades foi garantir a segurança das pessoas.

Devido ao desconhecimento do prazo de duração desse período de isolamento social, da efetividade das ações tomadas para mitigar a disseminação da pandemia e outros fatores, as restrições impostas pela Covid-19 tiveram diferentes impactos nas atividades da Fundação Renova, e afetaram sobretudo: mudanças nos projetos e programas, principalmente os de natureza socioeconômica, com foco na retomada econômica, nas novas demandas do território, nas interrelações entre o setor público e privado e na reestruturação e modernização das cadeias produtivas, como turismo e agricultura; nos programas socioambientais, com a geração de renda aos provedores de serviços ambientais e o desenvolvimento de soluções inovadoras para a recuperação e preservação da vegetação nativa; e por fim, na execução de grandes obras, por conta dos protocolos sanitários, do controle de fluxo de pessoas e no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Neste cenário, a Entidade vem monitorando os efeitos nas suas operações, e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes são:

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- Perda esperada em aplicações financeiras;
- Renegociações de contratos de arrendamentos, principalmente os referentes as obras de reassentamento.

O Comitê Covid segue acompanhando a evolução da pandemia e, em caso de mudanças de cenários, novas recomendações serão comunicadas, de acordo com as melhores práticas conhecidas e a análise da situação no momento da tomada de decisão.

1.3 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 28 de abril de 2022, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 13 de abril de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As cifras apresentadas nessas demonstrações financeiras estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)" e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação Renova efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação Renova revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas ou revisadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Entidade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas e não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes.

- Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros".
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

2.3 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, ou seja, com essa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A Entidade reconheceu novos ativos ("ativo de direito de uso") para os seus contratos de arrendamento referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais. Tais custos, passam a ser reconhecidos no resultado com amortização referente ao ativo de direito de uso, e despesa de juros referente as obrigações de arrendamento.

A mensuração dos novos contratos seguiu os seguintes procedimentos: (i) O valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos contratos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental (desconto) de 14,00% a.a., cotação junto à Caixa Econômica Federal, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado com abordagem simplificada.

2.4 ICP 22 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"

ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração da Renova avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação Renova no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas fundamentadas pelas normas CPC 25 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e CPC 01 (R1) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Fundação Renova faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

2.5.1. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda for provável e puder ser razoavelmente estimada, conforme divulgado na nota 15.

2.5.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Fundação Renova revisa os valores a receber com vistas à identificação de indicativos de perdas para quando necessário constituir provisão para os créditos de liquidação duvidosa. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual dos créditos considerando suas datas de vencimento.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação Renova opera, gera e consome caixa e, que também é a sua moeda de apresentação.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.8 Instrumento financeiros

2.8.1. Ativos financeiros

A Entidade reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

2.8.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como “mantidos para negociação”, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

2.8.1.2 Custo amortizado

São ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber, os valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce e outros créditos.

2.8.2. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento

inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

2.8.3. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

2.8.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia em cada data do balanço, se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Entidade utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, refletindo no valor das perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Entidade compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em função da pandemia do COVID-19, a administração aprofundou-se nos testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e constatou necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na Nota 8.

2.8.5. Bens não circulantes destinados a terceiros

São os ativos classificados como bens destinados a terceiros, onde a Fundação Renova se compromete com um programa que tem um plano de aquisição para construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a transferência é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

2.9 Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível estão registrados ao custo de aquisição, doação, formação ou construção.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação e amortização são calculadas com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil residual contábil foi revisada conforme laudo de avaliação dos bens móveis e imóveis realizado por empresa especializada, conforme tabela abaixo:

Nome da Classe	Vida útil residual
Máquinas e Equipamentos	08 anos
Móveis e Utensílios	08 anos
Equipamento Processamento de Dados	05 anos
Sistemas – Software	05 anos

2.10 Tributos a Pagar

2.10.1. Imposto de renda e CSLL

O Imposto de renda e CSLL são calculados de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável (nota 12). A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Entidade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

2.11 Benefícios a empregados

(a) Assistência médica

A Fundação Renova concede benefícios que envolvem seguro de vida, plano de previdência privada e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, que respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Fundação Renova.

(b) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações do plano depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, e desta forma, o relatório de avaliação atuarial foi elaborado de acordo com o CPC 33 (R1), pela Willis Towers Watson (atuários independentes), e consta a estimativa do custo do benefício definido, que é um plano de benefícios pós emprego sob o qual a Entidade paga contribuições fixas para uma Entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, todos os resultados apresentados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis. Conforme detalhado na nota explicativa 11 b.

2.12 Passivo de Obrigações socioambientais e socioeconômicas

São os aportes recebidos pela Fundação Renova de suas mantenedoras, que estão atrelados a responsabilidades por obrigações de fazer por força de acordos do TTAC e que inicialmente transitam no patrimônio social e são reconhecidos no passivo de obrigações socioambientais e socioeconômicas. Estas obrigações são controladas de acordo com os compromissos de curto e longo prazo aprovados no orçamento, e que em 2021 seguiu a seguinte premissa:

- Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (PG 31) - considerando que o saldo total nesta "rubrica" perfaz, em dezembro de 2021, o montante de R\$638.767, reconhecemos R\$56.337 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento e o restante como passivo não circulante;
- Demais programas compensatórios -, considerando o saldo total desta "rubrica" perfaz, em dezembro de 2021, o montante de R\$541.439, reconhecemos R\$408.024 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento e o restante como passivo não circulante.
- Os gastos reparatórios que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, estão sendo reconhecidos na "rubrica" de Bens destinados a terceiros e estão classificadas no ativo não circulante (item 2.8.5) e somente serão reconhecidos no resultado, após a conclusão total deste programa, previsto para dezembro de 2023.
- Considerando que tais gastos somente serão reconhecidos no resultado quando da transferência das propriedades pela Fundação Renova aos atingidos, do valor aportado referente ao programa de reassentamento, que permanecia no passivo de obrigações socioambientais e socioeconômicos no passivo circulante até 2020, foi reclassificado para obrigações socioambientais e socioeconômicos no passivo não circulante em dezembro de 2021 no montante de R\$1.464.919.

À medida que essas obrigações são cumpridas o passivo é liquidado, contra as "rubricas" de receitas, conforme a norma ITG 2002, tais receitas serão reconhecidas com valores idênticos as despesas incorridas para cumprimento das respectivas obrigações no mesmo período contábil, exceto, como explicado acima, os gastos que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira.

2.13 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), conforme previsto na escritura pública de constituição da Fundação Renova, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.14 Apuração do superávit (déficit)

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

(a) Reconhecimento de receitas de contribuição

Os aportes realizados pelas mantenedoras para custear as despesas administrativas são reconhecidos inicialmente no passivo quando ocorre o efetivo recebimento dos valores e, posteriormente, são registrados como receitas quando ocorrem as despesas correspondentes.

(b) Reconhecimento de receitas e despesas de trabalhos voluntários

Os serviços prestados pelas mantenedoras, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros" – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recurso financeiro.

Tais valores foram contabilizados como receita e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do superávit/déficit do exercício e do patrimônio líquido.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pelo valor justo e referem-se à receita de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros moratórios, IOF, despesas bancárias e atualização financeira pelo IPCA das obrigações socioambientais e socioeconômicas. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.15 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a riscos financeiros, sendo eles: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho Curador e procedimento da Gerência.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce.

O risco de crédito é administrado corporativamente em conjunto com as instituições financeiras parceiras. Para as operações realizadas para fomentar as atividades locais (Fundo Desenvolve Rio Doce), a classificação de risco é realizada pela instituição financeira, responsável pela intermediação do recurso, através da sua área de análise de crédito que avalia a qualidade do crédito do atingido, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas das instituições financeiras. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Os recursos disponibilizados aos atingidos são liquidados nas instituições financeiras.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do CPC 48, durante o ano de 2020 devido a pandemia da Covid-19 ocorreram oscilações nas correções financeiras devido a marcação de mercado de alguns ativos financeiros, tendo se estabilizado ainda no decorrer do próprio ano.

A administração também aprofundou nos testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 Instrumentos Financeiros e constatou necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na Nota 8.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e obrigações fixadas pelo TTAC.

As aplicações financeiras vinculadas a programas são transferidas para a Tesouraria. A Tesouraria investe em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os valores recebidos pela Fundação Renova das mantenedoras (BHP Billiton Brasil Ltda., Vale e Samarco), e não utilizados imediatamente nas ações de reparação e compensação, foram aplicados em instituições financeiras nacionais de primeira linha, em produtos de renda fixa, como fundos soberanos, fundos lastreados em crédito privado, CDB's, compromissadas, operação prefixada), considerando o nível de classificação de baixo risco, com liquidez diária, tendo como benchmarking o índice do CDI. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor justo, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada a seguir:

	2021	2020
Caixa e bancos		
No país	510	296
Aplicações financeiras		
No país	439.829	290.678
	440.339	290.974

O saldo remanescente de caixa, será aplicado nos demais programas reparatórios e na manutenção da Fundação Renova (despesas financeiras).

As disponibilidades nas aplicações financeiras não vinculadas, são mantidas em CDB de liquidez imediata em bancos de primeira linha com rendimento médio em 2021 a 99,5% do CDI.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Parte dos recursos aportados pelas mantenedoras tem destinação exclusiva de acordo com as cláusulas do TTAC e, portanto, são administrados de forma segregada. A tabela abaixo demonstra os detalhes do saldo das aplicações financeiras de tais recursos:

DESTINAÇÃO	NOTA	2021	2020
Programas compensatórios – clausula 232 TTAC	(i)	129.167	510.836
Programas de saneamento e resíduos sólidos - PG31	(ii)	641.689	595.853
"Reserva TCP-Barra Longa"	(iii)	-	23.805
Total		770.856	1.130.494

- i. Recursos recebidos para os projetos de natureza compensatória, previstos na cláusula 232 do TTAC aplicados em CDB de liquidez imediata, em bancos de primeira linha, com rendimento médio em 2021 a 110,76% do CDI. No exercício de 2021 foram recebidos R\$240.000 corrigidos pelo IPCA (R\$297.559) e desembolsados R\$ 690.857, e no mesmo exercício foram reclassificados R\$ 11.628 de despesas reparatórias para compensatórias, que resultou em um saldo acumulado dos programas no final do exercício de R\$ 129.167.
- ii. Em conta segregada está a importância de R\$ 641.689 (2020 – R\$595.853), distribuída em dois fundos de investimentos, quais sejam, Itaú Corporate Diferenciado IQ FICFI (rentabilidade de 112,53% CDI) e Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX5 FICFI (rentabilidade de 93,39% CDI). Tal montante é destinado exclusivamente às ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (redação TTAC), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Os repasses para os municípios iniciaram-se em 2019.
- iii. A Fundação Renova foi nomeada pelas mantenedoras para realizar a gestão dos valores da "Reserva TCP-Barra Longa", termo assinado por Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. com o Ministério Público para criar uma reserva de R\$ 200.000 destinada às reparações para população de Barra Longa e adjacências, este montante foi depositado em 2017 conforme negociado. O saldo final de R\$ 23.805 foi consumido em sua totalidade no ano de 2021.

4. Tributos a recuperar

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2021	2020
IRRF s/aplicação financeira e outros	(a)	13.876	828
IRPJ a recuperar	(b)	4.607	4.533
ISS a recuperar	(c)	712	667
(-) Provisão para perdas		(515)	(515)
INSS sobre folha a recuperar	(d)	319	323
CSLL a recuperar	(e)	206	10
Outros tributos a recuperar	(f)	152	160
		19.357	6.006

- Retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, devido a mudança da condição tributária da Entidade, de imunidade para isenção.
- IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica - recolhimento a maior referente as estimativas de apuração do imposto de renda pessoa jurídica e IRRF sobre receitas financeiras, decorridos dos resgastes durante o ano calendário. O crédito será compensado pela Renova em 2022.
- ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza a recuperar - valores recolhidos a maior nos municípios em que a Renova executa projetos de reparação e compensação. Em 2018 a Fundação Renova revisou o recolhimento de tal imposto para os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, relativo ao período de agosto de 2016 a março de 2018, em razão de serviços executados sobre o leito do Rio Doce que também é o limítrofe entre os dois municípios. O resultado deste trabalho gerou pedidos de restituição em ambas as localidades no montante total de R\$ 515. Considerando que o recebimento de tais montantes depende de decisão administrativa das prefeituras, a Entidade constituiu provisão para perda.
- INSS sobre folha a recuperar - recolhimento a maior de INSS sobre folha de pagamento, que será compensado pela Renova em 2022.
- CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido - recolhimento a maior referente as estimativas da CSLL, que será compensado pela Renova em 2022.
- Outros tributos a recuperar - tributos retidos indevidamente de fornecedores, em geral prestadores de serviços, que será compensado pela Renova em 2022.

5. Adiantamentos - Parcerias e acordos

No ano de 2021 a Fundação Renova intensificou ainda mais o fomento de recursos ampliando as Parcerias e Acordos, e repasses para outras instituições, com intuito de auxílio mútuo no desenvolvimento de atividades de pesquisa, novas tecnologias e execução de projetos no âmbito dos Programas do TTAC, cabe salientar que neste ano ocorreu uma grande diversificação de aplicação de recursos, conforme detalhamento abaixo. Todos estes repasses foram realizados conforme cronograma de desembolsos previstos nos Termos de Acordo e mediante a prestação de contas da etapa anterior.

	2021	2020
Parceria para monitoramento da biodiversidade aquática – Estado do Espírito Santo	43.283	47.495
Parceria para assistência técnica aos atingidos de Barra Longa e adjacências	29.208	18.958
Conservação e biodiversidade	11.839	11.689
Proteção social e reparação a saúde	10.913	4.537
Recuperação florestal	8.649	5.958
Recuperação das nascentes e saneamento básico	7.537	6.937
Turismo Cultura Lazer Esporte	6.623	-
Engajamento dos jovens e fortalecimentos das lideranças comunitárias	6.198	6.623
Educação Ambiental	5.791	-
Inovação	3.578	-
Assistência técnica e extensão rural	3.566	4.050
Cessão de mão de obras dos projetos de reassentamento	2.866	7.122
Consultoria e assistência florestal de áreas degradadas	697	997
Outras parcerias	2.589	10.954
	143.337	125.320

6. Outros ativos

Composto principalmente por valores de adiantamento a fornecedores no país, que tem como objetivo viabilizar a execução de obras de reassentamento nos municípios de Bento Rodrigues e Paracatu, e a prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e fiscalização dessas obras, visando a implantação dos programas ao longo das áreas impactadas.

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores no país	36.169	14.573
Despesas antecipadas - Seguros	2.411	393
Outros ativos	1.984	1.485
	40.564	16.451

7. Bens destinados a terceiros

Em 2016, a Fundação Renova iniciou os investimentos que compõe o programa de reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto TTAC e elaborado com a participação ativa dos futuros moradores. Este projeto se assemelha à construção de verdadeiras cidades, com equipamentos públicos, pavimentação das vias e redes de energia, água e esgoto.

Os programas de reassentamentos, continuam avançando, com a construção de dezenas de casas e a conclusão da infraestrutura dos novos distritos. Em Mariana (MG), o foco no reassentamento de Bento Rodrigues neste momento é a construção de residências: 47 casas estão concluídas e 73 estão em construção – informação não auditada. As obras de

infraestrutura, o posto de Saúde e de Serviços, a escola Municipal e a estação de Tratamento de Esgoto também estão concluídas.

Em Paracatu de Baixo, também em Mariana (MG), 16 casas já iniciaram a etapa de construção civil. A infraestrutura está em fase avançada, 93% concluída (informação não auditada), com execução de terraplanagem de vias de acesso e das áreas dos lotes, contenções, obras da rede de drenagem pluvial, adutora de água tratada e rede de esgoto. Foi concluída a pavimentação do acesso principal e as obras das escolas estão em andamento.

Todos os dispêndios auferidos nestes programas, permanecem classificados no ativo não circulante e somente após a conclusão total deste programa previsto para dezembro de 2023, ano em que todos os imóveis construídos e as instalações públicas desses distritos, serão totalmente entregues aos respectivos proprietários e, portanto, reconhecidos no resultado da Fundação Renova.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados a seguir:

		2021	2020
Obras civis, topografia e sondagem	(a)	1.128.188	798.439
Gerenciamento e outros	(b)	168.462	108.834
Projetos de engenharia	(c)	72.014	50.779
Terrenos	(d)	56.913	56.606
Consultoria e estudos ambientais	(e)	31.921	26.898
Suporte, comunicação e diálogo	(f)	7.421	6.659
		1.464.919	1.048.215

- a) Gastos com as obras civis, terraplanagem, sondagens e serviços topográficos dos terrenos adquiridos
- b) Gastos gerenciamento das obras Bento Rodrigues, Paracatu para o funcionamento e manutenção dos projetos relacionados aos programas previstos no TTAC.
- c) Dispêndios relacionados a gastos com contratação de Engenharia, projetos conceituais e urbanísticos.
- d) Aquisição de terrenos, regularização fundiária e vistoria para construção das moradias e infraestrutura do programa de reassentamento das comunidades.
- e) Consultorias e estudos ambientais necessários para suportar a fase de execução do projeto, assim como as ações para licenciamentos ambientais e outras providências
- f) Gastos com comunicação, publicidade, eventos, assim como todo o suporte ocorrido para apoiar as obras (alimentação, viagens, veículos, vigilância, TI, entre outros).

8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce

	2021	2020
Fundo Desenvolve Rio Doce MG	35.345	29.342
Fundo Desenvolve Rio Doce ES	13.524	12.325
Fundo Compete Rio Doce MG	5.297	7.500
	54.166	49.167
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(3.220)	(1.561)
	50.946	47.606

Os Fundos Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce foram criados a partir da parceria firmada entre a Fundação Renova, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para oferecer linhas de crédito a micro e pequenas empresas de 39 (trinta e nove) municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para a constituição dos Fundos, a Fundação Renova disponibilizou a importância de R\$ 40.000, sendo R\$ 30.000 para o estado de Minas Gerais e R\$ 10.000 para o estado de Espírito Santo. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo representava R\$ 54.166, dada condição superavitária de ambos os fundos. Destes, R\$ 30.446 estão disponíveis no caixa dos Fundos e os outros R\$ 23.720 foram emprestados por um prazo predominante de 24 meses.

A administração avaliou o risco de perda esperada dos recebíveis, na data de 31/12/2021, e constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3.220.

O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado em outubro de 2017 e seu prazo de vigência é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período. Desde sua criação, em outubro de 2017, o Fundo Desenvolve Rio Doce, de incentivo à economia local, já liberou R\$ 60.828 para financiamentos de capital de giro para pequenas e médias empresas, sendo R\$ 8.870 em 2021. Sendo que a partir de novembro de 2017, o Fundo passou a receber os montantes emprestados.

O Fundo Compete Rio Doce, trata-se de um fundo complementar ao Fundo Desenvolve Rio Doce que oferece orientação sobre a gestão por meio de consultoria especializada (crédito orientado), que foi lançado em fevereiro de 2019 e já a partir de março de 2019, passou a receber os montantes emprestados, ficando disponível durante 27 meses, atendendo o prazo estipulado de vigência de 2 (dois) anos. Entretanto, encerrou suas atividades para novos empréstimos em maio de 2021 e foi disponibilizado em todo o seu período de operação R\$7.181.

Ambos os Fundos são reembolsáveis, com taxas de juros competitivas, abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento. Desde o início de ambos os Fundos até 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 2.167 operações de crédito (não auditado) totalizando o valor liberado de R\$ 68.009. Os desembolsos realizados pelo Fundo Desenvolve Rio Doce contribuíram para a manutenção de mais de 8.300 empregos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

9. Imobilizado e intangível

Devido a consolidação e maturidade das unidades e escritórios da Fundação Renova, no ano de 2021, não houve grandes investimentos em mobiliários, máquinas, equipamentos de TI e intangível.

Entretanto, destacamos as adições na “rubrica” de Imobilizado em Andamento, principalmente na construção do complexo Fazenda Floresta, no Município de Rio Doce – MG, que tem por objetivo a recuperação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Os investimentos realizados em 2021 totalizaram R\$ 18.501, dos quais, R\$ 14.729, referem-se basicamente a obras civis, terraplenagem, contenções, diques e drenagens do complexo Fazenda Floresta.

9.1 Análise do valor recuperável (Impairment)

Em 2021, a Fundação Renova identificou eventos e mudanças operacionais e econômicas que indicavam a desvalorização dos ativos concentrados no complexo da Fazenda Floresta, no Município de Rio Doce - MG.

Desta forma, em atendimento à deliberação CVM nº 583/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e a aplicação do teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Impairment – CPC 01), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela deliberação CVM Nº 527, de 01 de novembro de 2007, foi contratado em 2021, uma empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados e Teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Impairment), que apontou a perda por desvalorização no valor de R\$ 419 (quatrocentos e dezenove mil reais), que ora foi reconhecido no resultado, com base em um laudo de avaliação dos bens imóveis, emitido pela Entidade contratada.

9.2 Vida útil e valor residual contábil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Fundação Renova concluiu em dezembro de 2021 o inventário e avaliação dos seus bens patrimoniais, no qual foi revista a vida útil residual de seus ativos, bem como na apresentação do valor residual contábil.

Portando, não houve mudanças significativas nos padrões, métodos e valores da depreciação, que foi atestado e evidenciado pelo laudo de avaliação dos bens móveis, que demonstrou que o estado de conservação dos ativos da Fundação Renova, encontram-se adequados para a continuidade das operações.

a) Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a movimentação dos bens patrimoniais:

	Saldos em 2019	Adições/Baixas	Depreciação	Saldos em 2020	Adições/Baixas	Depreciação	Impairment	Transferência	Saldos em 2021
Benfeitorias em bens de terceiros	1.880	709	(1.546)	1.043	146	(687)	-	-	502
Equipamentos processamento de dados	3.350	1.199	(1.051)	3.498	201	(1.548)	-	749	2.900
Máquinas e equipamentos	5.442	(109)	(759)	4.574	82	(549)	-	-	4.107
Imobilizado em andamento	4.104	5.980	-	10.084	17.033	-	-	-	27.117
Móveis e utensílios	1.696	704	(239)	2.161	23	(262)	-	-	1.922
Terrenos	1.069	-	-	1.069	1016	-	(419)	-	1.666
Total Imobilizado	17.541	8.483	(3.595)	22.429	18.501	(3.046)	(419)	749	38.214

b) Intangível

Os ativos intangíveis são tratados contabilmente, seguindo as diretrizes descritas no CPC 04 ou IAS 38. Os bens e direitos intangíveis são classificados desta forma dada a sua natureza, uma vez que não podem ser tocados, não tem corpo, mas podem ser negociados, transferidos ou vendidos.

A vida útil econômica de softwares pode ser classificada como "definida" ou "indefinida" sendo os ativos intangíveis da Fundação Renova classificados como sendo de vida útil definida. Em sua maioria o intangível da Entidade é composto por softwares de gestão empresarial.

O laudo de avaliação apresentado pela empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados, foi realizado pelo método do Custo Histórico, não alterando seus valores residuais contábeis assim como suas respectivas vidas úteis econômica atualmente utilizadas.

	Saldos em 2019	Adições	Amortização	Saldos em 2020	Adições	Amortização	Transferência	Saldos em 2021
Sistemas Software	4.296	2.753	(1.358)	5.691	244	(1.369)	(749)	3.817
Total Intangível	4.296	2.753	(1.358)	5.691	244	(1.369)	(749)	3.817

c) Ativo direito de uso - Arrendamentos – CPC 06 (R2)

Considerando as boas práticas da contabilidade internacional, a Fundação Renova reconheceu o ativo direito de uso, passivo arrendamento, referente aos contratos que anteriormente eram classificados no resultado da Entidade, ou seja, esses arrendamentos passaram a constituir o grupo do ativo imobilizado no balanço patrimonial.

	Saldos em 2019	Adições	Amortização	Saldo 2020	Adições	Amortização	Saldos em 2021
Ativos de direito de uso	3.554	1.538	(3.232)	1.860	825	(1.463)	1.222
Total Arrendamento	3.554	1.538	(3.232)	1.860	825	(1.463)	1.222

d) Passivo – Arrendamentos – CPC 06 (R2)

	Saldos em 2019	Adições	Trans-ferências	Amortizaçã o	Despesas financeiras	Saldos em 2020	Adições	Trans-ferências	Amortização	Despesas financeiras	Saldos em 2021
Circulante	2.890	875	873	(3.767)	536	1.407	692	281	(1.761)	298	917
Não circulante	664	662	(873)	-	-	453	133	(281)	-	-	305
Total	3.554	1.537	-	(3.767)	536	1.860	825	-	(1.761)	298	1.222

e) Bens em comodato

A Fundação Renova recebeu, em 2016, como comodato de suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Em 2019 a Fundação Renova devolveu parcialmente alguns equipamentos de informática, móveis e utensílios. Os demais itens em comodato permanecem na Fundação Renova até a presente data, e são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação.

Adicionalmente em 2018 a Entidade recebeu em regime de comodato os seguintes terrenos:

- Vale – Fazenda Mina da Alegria (matrícula 10.034) e Fazenda Fábrica Nova (matrícula 17.189);
- Samarco – Fazenda Asa Branca (matrícula 15.313 - área 95,93ha);
- Grupo Aliança - Terreno (matrícula 1.553).

Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação Renova em devolver estes itens às mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme a seguir:

BENS EM COMODATO	2021	2020
Terrenos	2.027	2.027
Móveis e utensílios	176	176
Equipamentos processamento de dados	7	7
Subtotal	2.210	2.210

BENS EM COMODATO A DEVOLVER	2021	2020
Terrenos	(2.027)	(2.027)
Móveis e utensílios	(176)	(176)
Equipamentos processamento de dados	(7)	(7)
Subtotal	(2.210)	(2.210)

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto por valores a pagar a prestadores de serviços e aquisição de materiais. Em 31 de dezembro, representam a composição demonstrada abaixo:

	2021	2020
Mercado interno	232.795	127.242
Mercado externo	-	18
	232.795	127.260

11. Salários, provisões e contribuições sociais

a) O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2021	2020
Provisão de férias	(a)	14.823	14.039
INSS de empregados a recolher	(b)	3.106	2.846
FGTS a pagar	(c)	1.084	993
Outros	(d)	236	212
		19.249	18.090

- a) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado, considerando as determinações legais.
- b) Contribuição do empregado, devidamente retidos para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.
- d) É composto principalmente por valores a pagar de PIS sobre folha e seguro de vida em grupo dos empregados permanentes da Entidade.
- b) Em 31/12/2021 o Plano de Benefícios ValiaPrev da Entidade, apresentou um resultado superavitário. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) o ativo somente

poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que este ativo poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Entretanto, tendo em vista que não foi identificado no exercício de 2021 nenhuma possibilidade de conversão do superávit apurado em benefício econômico para a Entidade, este retornará ao plano ValiaPrev. O limite do ativo a ser reconhecido é zero (nulo), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Encerramento Ano Fiscal	31-dez-2021	31-dez-2020
1 Valor Presente da Obrigação (VPO)	(9.599)	(5.146)
2 Valor Justo dos Ativos (VJA) ¹	18.110	19.884
3 Superavit/(deficit)	8.511	14.738
4 Superavit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	(8.511)	(14.738)
5 Ativo/(passivo) líquido de benefício definido	-	-

Os principais riscos atuariais são: sobrevivência superior ao previsto nas tábuas e mortalidade, rotatividade inferior à esperada, crescimento salarial acima do esperado, rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IPC-BR e composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

Os dados de participantes utilizados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

Data de cadastro		30-jun-2021	30-jun-2020
Participantes Ativos	Número	558	528
	Média Salarial Anual	160.514	152.669
	Idade Média	41,37	41,02
	Tempo de Serviço Médio	3,48	2,93
Participantes Assistidos	Número	2	1
	Benefício Médio Anual	239.240	31.652

Premissas utilizadas nas avaliações:

A Fundação Renova considera que a taxa real de 2,00% reflete a política de reajustes salariais que as Entidades estão empenhadas em adotar no futuro. Combinada com a taxa de inflação, a taxa nominal é 5,32% a.a., até a idade de 55 anos.

Encerramento Ano Fiscal	31-dez-2021	31-dez-2020
1 Taxa de desconto	8,720%	7,170%
2 Taxa de inflação	3,250%	3,250%
3 Taxa de crescimento salarial	5,320%	5,320%
4 Crescimento de benefícios concedidos	3,250%	3,250%
5 Crescimento de benefícios diferidos	N/A	N/A
6 Data de cadastro	30-jun-21	30-jun-20

A Willis Towers Watson sugere a adoção de uma inflação de longo prazo de 3,25% a.a., estimada com base nas expectativas do Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson após a análise e projeção de cenários macroeconômicos realizada na reunião de setembro

de 2021 (ainda válida em dezembro) e a Fundação Renova optou por adotar esta taxa de inflação de longo prazo em suas avaliações.

Todos os dados de participantes foram fornecidos pela administradora do plano na data base do cadastro e foram ajustados para refletir os desligamentos ocorridos após a referida data.

Benefícios avaliados neste relatório:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Suplementação da Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Renda de Pensão por Morte;
- Renda de Benefício Diferido por Desligamento;
- Suplementação de Abono Anual;
- Renda de Abono Anual;
- Resgate

12. Tributos a recolher

A composição do saldo de tributos a recolher encontram-se abaixo:

		2021	2020
IRRF - Juros e indenização LC (Lucro cessantes)	(a)	21.306	9.144
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(a)	9.763	4.687
ISS - Imposto retido sobre serviços	(a)	5.509	6.335
INSS - retido de fornecedores	(a)	3.783	4.054
Tributos federais retidos	(c)	3.080	2.252
Tributos sobre receitas financeiras	(b)	576	96
		44.017	26.568

- a) Tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços e nas indenizações pagas a pessoas físicas e jurídica;
- b) Valores a pagar relacionados a tributos diretos oriundos das operações da Renova.
- c) Retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL, de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.

Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Fundação Renova está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 15%, mais adicional 10% e alíquota de 9% da contribuição social sobre o lucro decorrente do resultado financeiro.

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	2021	2020
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	197	-
Total do imposto corrente	197	-
Imposto diferido (a)		
Geração e estorno de diferenças temporárias	3.478	2.428
Geração e estorno de prejuízos fiscais	9.129	15.062
(-) Baixa do IR/CS diferido pela irrecuperabilidade	(12.607)	(17.490)
Total do imposto corrente	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	197	-

	2021	2020
Lucro antes do imposto	(59.066)	(58.423)
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais (34%)	20.082	19.864
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(10.646)	(4.802)
Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	(9.436)	(15.062)
Outros	197	-
Encargo fiscal	197	-

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O prejuízo fiscal apurado no exercício de 2021, origina-se essencialmente da correção pelo IPCA, das obrigações socioambientais e socioeconômicas, conforme determina a cláusula 237 do TTAC, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no mesmo período.

A ocorrência de prejuízo fiscal e base negativa ensejaria o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos, constituindo assim um ativo fiscal diferido, conforme estabelece a norma CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. No entanto, coube à Fundação Renova realizar uma análise referente à recuperabilidade desse ativo fiscal, por meio de projeções de lucros tributáveis futuros.

Tais projeções foram preparadas com base nas melhores estimativas da Administração, mas por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Fundação Renova, como índices de inflação, taxa de juros e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

Por entender que eventuais lucros fiscais futuros passíveis de tributação às alíquotas de 25% para Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, não serão suficientes para suportar a compensação dos referidos ativos fiscais, a Entidade não reconheceu os saldos do Imposto de renda e contribuição social diferidos.

13. Indenizações a pagar e outras

A Entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2021, alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, referentes aos serviços já prestados e aprovados. Adicionalmente, a Entidade possui frentes de trabalho, em diversos municípios, para negociação de indenizações por LC – Lucros cessantes, referente aos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, gerando compromissos de valores a pagar. Desta forma, a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu suas obrigações já existentes, visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais indenizações e serviços já realizados e não faturados, encontra-se abaixo:

		2021	2020
Indenização - Lucros Cessantes	(a)	67.547	135.714
Consultoria	(b)	4.644	357
Terraplenagem	(c)	837	-
Serviços de licenciamento	(d)	801	-
Serviços técnicos periciais	(e)	791	-
Ressarcimento as Prefeituras	(f)	-	10.707
Obras civis	(g)	-	164
Outros serviços contratados	(h)	1.202	3.399
		75.822	150.341

- a) Lucros Cessantes - Lucros Cessantes correspondem à renda que o atingido obtinha como resultado de sua atividade produtiva e que foi interrompida como consequência direta do rompimento da barragem de Fundão. Os valores de indenização por lucro cessante são referentes ao período de duração do impacto até o ano de 2021 e é devido aos atingidos que permanecem impactados em suas atividades econômicas, ainda que parcialmente. Conforme deliberação emitida pelo CIF, os pagamentos dos lucros cessantes devem ser realizados no ano subsequente ao de sua competência, ou seja, até 31/03/2022.
- b) Serviços de consultoria técnica independente nas propriedades rurais, segurança para recuperação do reservatório de Candonga, Fazenda floresta, recuperação da UHE Risoleta Neves, programa de manejo de rejeito, programa de adução e captação de água e interfaces dos demais programas ao longo da calha do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, visando atender as demandas de auditoria (Ação Civil Pública) em detrimentos dos atingidos. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.
- c) Serviços de terraplenagem relacionado ao Reassentamento de Paracatu de Baixo/MG.
- d) Serviços de licenciamento de softwares e serviços de nuvem Microsoft.

- e) Serviços técnicos periciais, em cumprimento de decisão judicial, para os peritos que atuam no plano de trabalho pericial da Agenda Integrada da Ação Civil Pública (ACP).
- f) Ressarcimento às prefeituras - ressarcimento dos gastos extraordinários em razão do rompimento da Barragem de Fundão, acordados no CIF, que foram assumidos pela Fundação Renova junto aos municípios, conforme valores descritos nos ofícios. Termo de quitação foi assinado e pago em 2021.
- g) Obras civis: serviços de construção e manutenção de cercas nas propriedades e estradas, reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Barra Longa, pavimentação asfáltica, bioengenharia para recuperação ambiental, serviços de barramento na UHE de Risoleta Neves, serviços de engenharia e construção do campo de futebol, serviço de monitoramento e aluguel de radar, serviço de transporte de enrocamento e dique Intermediário e Principal Setor 11, Obras de contenção em cortinas de estaca prancha no Novo Bento Rodrigues em Mariana-MG, ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.
- h) Outros serviços contratados - outras despesas de menor relevância, como: locação de equipamentos, consultoria jurídica, serviços de comunicação, identificação de áreas para irrigação, limpeza de propriedades rurais, assistência aos animais, seguro, locação de veículos, agenciamento de viagens, restaurante, auditorias, entre outros. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.

14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas às despesas finalísticas com os programas definido no TTAC, assim logo que recebidas as dotações são transferidas para o passivo. A composição do saldo de tais obrigações socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	Saldo em 2019	Aportes (Nota 16)	Novas Entradas	Baixa (Nota 17.a)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (Nota 8)	Atualização IPCA (Nota 20)	Saldo em 2020
Programas reparatórios	125.463	3.372.500	-	(2.649.612)	42.669	-	32.649	923.669
Programas reparatórios - Barra longa	47.910	-	-	-	(29.423)	-	1.548	20.035
Programas compensatórios	314.483	403.231	-	(155.951)	131.107	3.090	8.928	704.888
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	110.277	-	-	(14.940)	(43.221)	-	4.392	56.508
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento da Água do Rio Doce	3.849	-	-	(675)	-	-	-	3.174
Resultados de exercícios anteriores a aplicar em Programas	-	-	13.246	-	(13.246)	-	-	-
TOTAL CIRCULANTE	601.982	3.775.731	13.246	(2.821.178)	87.886	3.090	47.517	1.708.274
Programas Compensatórios	255.005	-	-	-	(131.107)	-	10.993	134.891
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	477.178	-	-	-	43.221	-	20.572	540.971
TOTAL NÃO CIRCULANTE	732.183	-	-	-	(87.886)	-	31.565	675.862
TOTAL GERAL	1.334.165	3.775.731	13.246	(2.821.178)	-	3.090	79.082	2.384.136

	Saldo em 2020	Aportes (Nota 16)	Novas Entradas	Baixa (Nota 17.a)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (Nota 8)	Atualização IPCA (Nota 20)	Saldo em 2021
Programas reparatórios	923.669	7.570.441	(58.424)	(6.990.567)	(1.444.884)	-	-	235
Programas reparatórios - Barra longa	20.035	-	-	-	(20.035)	-	-	-
Programas compensatórios	704.888	-	-	(663.980)	333.562	4.999	28.556	408.025
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	56.508	-	-	(21.640)	16.632	-	4.837	56.337
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento da Água do Rio Doce	3.174	-	-	(457)	-	-	-	2.717
TOTAL CIRCULANTE	1.708.274	7.570.441	(58.424)	(7.676.644)	(1.114.725)	4.999	33.393	467.314
Programas reparatórios	-	-	-	-	1.464.919	-	-	1.464.919
Programas Compensatórios	134.891	297.559	-	-	(333.562)	-	34.526	133.414
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	540.971	-	-	-	(16.632)	-	58.092	582.431
TOTAL NÃO CIRCULANTE	675.862	297.559	-	-	1.114.725	-	92.618	2.180.764
TOTAL GERAL	2.384.136	7.868.000	(58.424)	(7.676.644)	-	4.999	126.011	2.648.078

Destacamos que, por ocasião da judicialização de assuntos já abarcados por programas reparatórios e compensatórios, alguns processos em que a Fundação Renova é parte, não figuram na nota explicativa 15 como contingências, mas sim assegurados no fluxo econômico dos programas em andamento, a saber:)

- a. Processo nº 0039564-83.2018.8.13.0400 - Ação Civil Pública de Defesa do direito à saúde e assistência social com pedido de: (i) custeio integral na contratação de empresa especializada para a promoção de processo seletivo simplificado, a favor do Município de Mariana/MG, mediante crédito bancário; (ii) repasse de recursos antecipadamente ao Município de Mariana/MG para financiar a suplementação da prestação de serviços de saúde e assistência social para as vítimas do desastre; (iii) bloqueio de valores existentes nas contas bancárias da Fundação Renova, Vale, Samarco e BHP no montante de R\$ 47.800 para a garantia de recursos financeiros necessários às prestações de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a promoção de serviços aos atingidos. (Valor discutido: R\$61 reais). Foi celebrado um acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Renova se comprometeu e tem efetuado repasses, previstos na Cláusula 12ª deste acordo, observado o teto de R\$11.170 para a Secretaria Municipal de Saúde (suplementação de recursos humanos para a saúde, reformas, equipamentos, veículos) e R\$5.548 para a Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Social e Cidadania (suplementação de recursos humanos para proteção social, mobiliário, aluguel, logística), e prestações de contas. A Administração entende que não existam obrigações adicionais aos valores provisionados. Centro de Custo: Programa de Saúde e Proteção Social

- b. Processos nº 5000917-94.2019.8.13.0400 - Ação Civil Pública com a cobrança dos valores relativos à implantação do programa de educação em tempo integral para o Município de Mariana. Foi celebrado um acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Renova se comprometeu e tem efetuado repasses conforme valores estipulados neste acordo, limitado a R\$13.255, cujas parcelas já foram depositadas em juízo pela Fundação Renova. A Administração entende que não existam obrigações adicionais aos valores provisionados.

15. Provisão para causas judiciais

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões consideradas com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 14.057, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Balço em 31/12/2019	Adições	Reversões	Balço em 31/12/2020
(i)Provisão para Ações Cíveis	3.259	829	-	4.088
(ii)Provisão para Ações Trabalhistas	63	5	-	68
(iii)Provisão para Ações Tributárias	-	5.587	-	5.587
Subtotal	3.322	6.421	-	9.743
(-) Deposito Judiciais	608	9.406	(1.659)	8.355

Descrição	Balço em 31/12/2020	Adições	Reversões	Balço em 31/12/2021
(i)Provisão para Ações Cíveis	4.088	1.579	-	5.667
(ii)Provisão para Ações Trabalhistas	68	2.735	-	2.803
(iii)Provisão para Ações Tributárias	5.587	-	-	5.587
Subtotal	9.743	4.314	-	14.057
(-) Deposito Judiciais	8.355	32.252	(14)	40.593

A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias, além das ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do TTAC. As ações destacadas com a possibilidade de perda avaliada como provável se referem às: (i) ações cíveis que pleiteiam a inclusão dos autores nos programas de auxílio financeiro emergencial ou indenização, (ii) demandas trabalhistas de funcionários próprios e terceirizados, cujas decisões proferidas até em segunda instância são desfavoráveis à Fundação Renova, (iii) ação tributária (anulatória de débito fiscal) para discutir os valores controversos quando da apresentação de denúncia espontânea, suspender a execução do valor relativo à multa e ter sua CNF positiva com efeito negativo liberada para prosseguir com suas operações e obrigações jurídicas.

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Entidade, não foram registradas provisões por terem sua expectativa de perda avaliada como possível. Estes estão agrupados conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
(a) Ações coletivas cíveis	11.990.938	2.828.298
(b) Ações individuais cíveis	9.650.993	5.847.740
(c) Ações Trabalhistas	2.856	43.524
Total perda possível	21.644.787	8.719.562

a) Ações Coletivas Cíveis: Aquelas ajuizadas pelos Ministérios ou Defensorias Públicas contra a Fundação Renova (ACPs), cujas análises dos assessores jurídicos restaram com expectativa de perda possível. Tais ações somam R\$ 11.990.938 em 31 de dezembro de 2021, das quais destacamos:

- Ação de nº 5023635-78.2021.8.13.0024 interposta pelo Ministério Público de Minas Gerais requerendo a intervenção e extinção da Fundação Renova (Valor da causa atualizado: R\$ 11.818.028. O valor da causa não tem impacto financeiro para a Fundação Renova, já que os pedidos se referem à execução de programas previstos no TTAC, já orçados);
- Ação de nº 1023835-46.2021.4.01.3800: interposta pelo Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, na qual questionam os gastos da Fundação Renova com publicidade e propaganda (Valor da causa atualizado: R\$ 96.996. O valor da causa é composto pelo pedido de indenização por danos morais coletivos em quantia a ser arbitrada pelo Juízo Federal equivalente ao dobro do destinado em campanhas publicitárias e ressarcimento dos gastos realizados);
- Ação de nº 1033379-58.2021.4.01.3800 interposta pelos municípios de Rio Doce (MG) e Santa Cruz do Escalvado (MG) pleiteando os valores que deixaram de arrecadar em tributos pela produção de energia em uma usina hidrelétrica afetada pelo rompimento da barragem de Fundão – (Valor do risco atualizado: R\$ 55.792. Pedido de reparação/recomposição das receitas a título de (i) ICMS vinculadas ao VAF geração de energia; e (ii) compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (“CFURH”), com base na alegação de que teriam deixado de auferir tais valores em razão da paralisação da geração de energia da UHE Risoleta Neves em decorrência do Rompimento);
- Acordos judiciais para pagamento de indenizações dos seguintes grupos, já previstos no orçamento do Programa de Indenização: (i) grandes produtores rurais do Estado do Espírito Santo; (ii) categorias profissionais informais, tratadas no Sistema Novel de Indenização Simplificado; (ii) Comunidades Indígenas Tupiniquim-Guarani de Aracruz/ES; (iii) Associação Indígena de Comboios;
- Eixo Prioritário 13 (PJE nº 1011729-52.2021.4.01.3800, sem valor econômico envolvido – Restruturação do Sistema de Gestão Organizacional Interno da Fundação Renova);

Todas elas apresentam pedidos similares de cunho reparatório e/ou indenizatório e seus desdobramentos, tais como: Pagamentos de indenizações de danos morais individuais e coletivos, apresentação de planos de ações de reparação, monitoramento de qualidade da água, ressarcimento de gastos extraordinários, pedido de nulidade e garantias de determinadas cláusulas do Programa de Indenizações Mediadas, entre outros.

- b) Ações Cíveis Individuais: Tratam-se de ações com objetos similares aos do item a, ajuizadas contra a Fundação Renova, Samarco Mineração S.A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A., nas quais os Autores requerem, basicamente, indenização por danos materiais e danos morais em razão da (i) interrupção no abastecimento da água nas cidades atingidas; (ii) falta ou manutenção de pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial; (iii) ressarcimento em razão da perda de bens ou equipamentos; (iv) lucros cessantes; (v) falta de recebimento da parcela indenizatória no âmbito do PIM – Programa de Indenização Mediada; (vi) indenização pelo deslocamento físico ou danos causados pela cheia da Lagoa Juparanã em Linhares.
- c) Ações Trabalhistas: Em sua maioria, ajuizadas contra um prestador de serviços contratado e contra a Fundação Renova e em alguns casos, contra suas mantenedoras, como responsáveis subsidiárias. Os pedidos são, em sua maioria, referentes ao não pagamento de verbas trabalhistas rescisórias aos empregados destes prestadores de serviço ao não pagamento de verbas trabalhistas aos empregados destes prestadores de serviço.

16. Patrimônio Líquido

A Escritura Pública de instituição da Fundação Renova descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova, corresponderá à soma das parcelas da dotação realizadas até o ano de 2021, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo conselho curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2022.

As parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras, destinada exclusivamente às despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais, são reconhecidas, inicialmente, no Patrimônio Líquido e transferidas para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo. Já parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras, para custear as despesas administrativas, são alocados na conta de contribuição de despesas administrativas, no passivo. À medida que a Fundação Renova desembolsa os recursos para cobrir estes gastos, os passivos são amortizados e as receitas dos programas e de contribuições são reconhecidas.

Conforme definido no TTAC, as empresas, Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., proveram recursos para a Fundação Renova com contribuições, conforme abaixo:

Valores aportados ao Patrimônio Social

Descrição	Saldo 2019	Aporte	Saldo 2020	Aporte	Saldo 2021
Samarco Mineração S. A.	684.677	-	684.677	3.626.832	4.311.509
Vale S.A.	3.011.248	1.888.211	4.899.459	2.120.584	7.020.043
BHP Billiton Brasil Ltda.	3.011.248	1.887.520	4.898.768	2.120.584	7.019.352
Patrimônio Social	6.707.173	3.775.731	10.482.904	7.868.000	18.350.904

Valores aportados ao resultado – Despesas Administrativas

Samarco Mineração S. A.	39.662	9.263	48.925	73.034	121.959
Vale S.A.	167.002	72.250	239.252	29.483	268.735
BHP Billiton Brasil Ltda.	167.002	72.250	239.252	29.483	268.735
Subtotal	373.666	153.763	527.429	132.000	659.429
Total de aportes na Fundação Renova	7.080.839	3.929.494	11.010.333	8.000.000	19.010.333

As mantenedoras proverão os recursos seguindo o declarado na escritura pública, conforme segue:

- De 2020 a 2021, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme TTAC. Os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. De 2022 em diante os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período, para os programas reparatórios.
- A partir da assinatura do TTAC, a Fundação Renova alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, corrigidos nos termos da cláusula 257, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informadas para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 foi destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50.000, R\$200.000 e R\$ 250.000, respectivamente.

A reconciliação dos aportes previstos no TTAC ocorre através dos aportes registrados na Fundação Renova, somados aos aportes realizados diretamente pelas mantenedoras, não auditados, conforme conciliação a seguir:

Descrição	Saldo 2019	Aporte	Saldo 2020	Aporte	Saldo 2021
Total dos Aportes Fundação Renova	7.080.839	3.929.494	11.010.333	8.000.000	19.010.333
Samarco Programas - TTAC	1.785.870	77.106	1.862.976	172.472	2.035.448
	8.866.709	4.006.600	12.873.309	8.172.472	21.045.781

Descrição	Saldo 2019	Desbloqueio	Saldo 2020	Desbloqueio	Saldo 2021
Ação Civil Pública - ACP Mariana	256.712	(6.226)	250.486	(13.426)	237.060
Aporte Total	9.123.421	4.000.374	13.123.795	8.159.046	21.282.841

17. Receitas

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como também reconhece os serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2021 estão demonstrados abaixo:

		2021	2020
Receita operacional – aporte (Nota 14)	(a)	7.676.644	2.821.178
Receitas de contribuições	(b)	142.296	160.119
Receitas de serviços voluntários - Conselheiros	(c)	1.283	1.007
Receitas de serviços voluntários - Cedidos	(d)	2.451	1.918
		7.822.674	2.984.222

- (a) Aportes recebidos das mantenedoras para aplicação nos programas geridos pela Fundação Renova, alocados no patrimônio social e à medida que essas obrigações com os programas são cumpridas o passivo precisa ser “liquidado” conforme ITG 2002(rev.1) para o resultado, como receita operacional de aportes.
- (b) Aportes recebidos das mantenedoras para custear as despesas administrativas, alocados no passivo e posteriormente quando da apuração dessas despesas, os valores, são apropriados no resultado, como receita de contribuições.
- (c) Referem-se às horas doadas pelos conselheiros que compõem os 3 conselhos da Fundação Renova, são eles: Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Estes prestam serviços de forma voluntária e gratuita e os valores destes serviços precisam serem reconhecidos pelo valor justo, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme norma contábil ITG2002. E são calculados, considerando as horas efetivamente dedicadas pelos conselheiros ao longo do ano de 2021, multiplicado pela taxa horária de cada um. Este cálculo resultou em 5.440 horas de dedicação ao longo de 2021 pelos conselheiros. Sendo que o Conselho Curador dedicou 3.880 horas em 2021 (2020 – 2.800 horas), o Conselho Fiscal dedicou 1.240 horas em 2021 (2020 – 1.160 horas) e o Conselho Consultivo dedicou 320 horas em 2021 (2020 – 560 horas) – quantidade de horas não auditadas.
- (d) Refere-se a empregados cedidos pelas mantenedoras – Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., tendo em vista a continuidade de vários programas e a disseminação do conhecimento do mantenedor para agregar aos processos da Fundação Renova. Os montantes aqui registrados representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora.

18. Despesas operacionais com programas

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no TTAC. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, em 31 de dezembro:

		2021	2020
Programas socioambientais – Reparação	(a)	647.938	593.368
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	6.329.563	1.560.218
Programas socioambientais – Compensação	(b)	135.249	71.563
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	563.894	596.029
		7.676.644	2.821.178

a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem. Dentre estes programas destacamos:

- Programa de Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados – no final de 2019 a Renova e a Samarco firmaram um Contrato de Transferência de Responsabilidade pela Continuidade da implantação do Dique Eixo 1 ("Contrato de Transferência"), cujo objeto contemplou, dentre outros, a transferência para a Samarco (a) da responsabilidade pela execução de obras faltantes para a conclusão do empreendimento relacionado ao Dique Eixo 1, permanecendo sob a responsabilidade da Renova todas e quaisquer outras obras e atividades referentes ao período no qual a execução das obras esteve sob o seu comando; (b) dos contratos vigentes a época da respectiva assinatura celebrados pela Renova no âmbito das atividades relacionadas as obras do Dique Eixo 1, acaso aprovados pela Samarco; (c) do direito a posse e propriedade das obras e estruturas já executadas no Dique Eixo 1 pela Renova.
- Programa de ressarcimento de indenização de impactados - programa prioritário, cuja execução durante o ano de 2021 teve grande abrangência e alcance efetivo aos atingidos, em virtude da implantação de um novo sistema de indenização, simplificado e com o fluxo ágil dos pagamentos flexibilizados. Este novo processo permitiu a inclusão de milhares de atingidos, que estavam com dificuldade para apresentar as evidências para comprovação dos danos, o que explica a aceleração dos pagamentos indenizatórios durante o ano de 2021.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2021	2020
Programa de manejo dos rejeitos	118.753	96.025
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	1	5.540
Recuperação da área Ambiental 1	23.819	21.147
Conservação da biodiversidade aquática	133.963	78.359
Conservação da fauna e flora terrestre	2.520	8.498
Sistemas de abastecimento de água	93.716	90.578
Investigação de monitoramento da água	29.871	33.665
Consolidação das unidades de conservação	2.255	828
Gerenciamento dos programas	243.040	258.728
	647.938	593.368

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2021	2020
Levantamento cadastro dos impactados	19.860	18.686
Ressarcimento indenização impactados	5.457.264	724.865
Proteção dos povos indígenas	93.363	80.894
Proteção comunidade tradicional	7.084	9.425
Programa de proteção social	4.695	5.322
Comunicação e diálogo	52.352	47.056
Assistência aos animais	7.395	6.753
Reconstrução Bento, Paracatu e Gesteira	305.393	79.917
Recuperação reservatório UHE R. Neves	21.476	117.787
Recuperação de infraestrutura impactada	79.719	59.942
Recuperação de escolas	2.785	5.330
Preservação da memória histórica	4.704	8.457
Apoio ao turismo, cultura e esporte	1.980	2.309
Saúde física e mental dos impactados	4.700	14.022
Retomada da atividade pesqueira	8.766	3.660
Retomada da atividade agropecuária	73.788	62.857
Recuperação de micro e pequenos negócios	3.590	2.067
Auxílio financeiro dos impactados	179.203	309.790
Ressarcimento de despesas extraordinárias	1.446	1.079
	6.329.563	1.560.218

b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas. Dentre estes destacamos:

- Programa 34 de preparação de emergência ambiental - conforme deliberações do CIF de nº 344 e 357, em 2020 retiramos as despesas referentes aos sistemas de instalação de sirenes e estes foram reconhecidos como despesa da mantenedora Samarco.
- Programa de medidas compensatórias - Investimentos realizados em 2020 em projetos de medidas compensatórias, como a "Agenda Integrada" (educação, infraestrutura e saúde nas regiões impactadas) e no emprego das medidas emergências para enfrentamento da COVID-19 nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2021	2020
Recuperação de APP e controle de erosão	28.711	24.413
Recuperação de nascentes	12.888	15.143
Estrutura de triagem reintrodução da fauna	2.607	999
Programa de coleta de tratamento de esgoto	21.640	21.261
Sistemas de abastecimento de água	31.297	12.779
Sistema de educação ambiental	5.531	371
Preparação de emergência ambiental	12.057	(6.701)
Informação para população	477	614
Comunicação nacional e internacional	1.223	2.105
Consolidação das unidades de conservação	18.212	14
Apoio à implementação de inventários ambientais e rurais	606	565
	135.249	71.563

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2021	2020
Apoio ao turismo cultura e esporte	6.443	4.450
Pesquisa e tecnologias remediação	930	318
Diversificação a economia regional	3.470	6.832
Estímulo a contratação local	1.576	1.226
Medidas compensatórias	551.475	583.203
	563.894	596.029

19. Despesas operacionais administrativas

Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação Renova, não estando ligadas diretamente à execução dos programas.

Incluem-se também nestas, as despesas reconhecidas referentes aos serviços voluntários recebidos pela Entidade e o custeio do sistema CIF de governança.

O serviço voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme norma contábil ITG2002 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Custeio do sistema de governança referem-se a valores realizados com o novo sistema de governança da Fundação Renova, assinado em junho de 2018 e estabelecido através do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de Governança, e compreendem as despesas com viagens dos membros das câmaras técnicas (CT's), Comitê Interfederativo (CIF), despesas com reuniões desses grupos e os custos com secretariado para as respectivas reuniões.

A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo.

	Nota	2021	2020
Serviços contratados		53.458	66.782
Pessoal próprio		49.653	55.868
Consultoria jurídica		12.879	11.001
Consultoria e estudos		9.436	6.508
Custeio sistema de governança		4.131	2.520
Depreciação/amortização bens administrativos	9	2.792	3.940
Provisão para causas judiciais		2.295	6.117
Provisão para perda valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce	8	1.659	1.561
Seguro		1.456	1.355
Viagens		420	856
ITR – Imposto territorial rural e ISS - Imposto sobre Serviços retidos	12	190	255
Outras despesas		3.927	3.356
	17.b	142.296	160.119
Serviço voluntário empregados cedidos	17.d	2.451	1.918
Serviço voluntário conselheiros	17.c	1.283	1.007
		3.734	2.925
		146.030	163.044

20. Resultado financeiro

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

Receita financeira	2021	2020
Rendimentos com aplicações financeiras	74.880	24.647
Outras receitas	12	21
	74.892	24.668

Despesas financeiras	2021	2020
(a) Atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas	126.011	79.082
COFINS sobre receitas financeiras	2.731	1.105
IOF - Imposto sobre operações financeiras	2.591	(107)
Juros – atualização financeira sobre tributos a pagar e outros	2.071	380
Arrendamento Financeiro - CPC 06 (R2)	298	536
Tarifas bancárias	370	459
Perda de investimentos Aplicação Financeira	-	1.347
Outros	(70)	77
	134.002	82.879

- (a) A Fundação Renova recebeu das mantenedoras os recursos para fazer frente às obrigações socioambientais e socioeconômicas (nota 14). Entretanto, tais recursos não foram realizados dentro do mesmo período do recebimento e, portanto, foram atualizados pelo índice inflacionário do IPCA, conforme determina a cláusula 257 do TTAC, reduzindo assim os

rendimentos auferidos nas respectivas aplicações financeiras e atualizando o passivo – Obrigações socioambientais e socioeconômicas.

21. Aportes mantenedoras

As mantenedoras realizaram ao longo de 2021 os aportes - dotações e contribuições - apresentados abaixo. Estes aportes são responsáveis por manter a continuidade da Fundação Renova. Cabe ressaltar que estes valores não constituem passivos da Renova para com as mantenedoras, conforme regulamentado no TTAC e estão detalhados na nota 16 – Patrimônio Líquido.

	2021	2020
Vale S.A.	2.150.067	1.960.461
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.150.067	1.959.770
Samarco Mineração S.A.	3.699.866	9.263
	8.000.000	3.929.494

22. Compromissos (*commitments*)

A Fundação Renova possui contratos de longo prazo, conforme mostra a tabela a seguir e dentre os principais podemos citar aos serviços de auditoria, obras civis, monitoramento hídrico e biodiversidade aquática, PIM, fornecimento de cartões para pagamento de indenizações, gerenciamento e fiscalização, recuperação florestal, serviços de bioengenharia, infraestrutura, gerenciamento e fiscalização do e reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Barra Longa, serviços de logística, transporte e especializado PMO, serviços técnicos periciais, serviços de suporte operacional aos territórios, serviços para construção de barramento no leito Rio Doce, consultoria processo indenizatório, serviços de perito ACP Eixo 6, serviços de consultoria e auditoria para apoiar as áreas de Compliance, Governança e Riscos, asseguaração finalísticas dos programas e serviços reparação no complexo UHE de Candonga, serviços de perito ACP Eixo 6 e serviços reparação no complexo UHE de Candonga.

	2021	2020
Até 1 ano	2.628.576	832.833
De 1 a 2 anos	280.790	787.958
De 2 a 3 anos	69.183	615.782
De 3 a 5 anos	26.399	199.446
	3.004.948	2.436.019

23. Cobertura de seguros (não auditada)

Dado o escopo das atividades da Fundação Renova e a diversidade de suas operações, tendo como base a linha de diretrizes de seus comitês de gestão, a Fundação Renova contratou seguros de responsabilidade civil geral (bens de terceiros), D&O (responsabilidade civil para diretores) e apólice de risco cibernético (Cyber Risk).

A apólice de Responsabilidade Civil Geral tem vigência de 24 meses (maio de 2021 a maio de 2023) com limite máximo indenizável de R\$ 120.000.

A apólice de D&O tem vigência de 12 meses (março de 2021 a março de 2022) com um limite máximo indenizável de R\$263.000, esse limite foi estabelecido após a contratação de uma consultoria que mapeou todos os cenários e interfaces da Renova.

Também estão em vigor as apólices de seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para todos os empregados da Fundação Renova e seguro patrimonial para os escritórios da Renova.

Conselho Curador

Membros efetivos

Camilla Lott Ferreira

Carla Maree Wilson

Cláudio Renato Chaves Bastos

Guilherme Almeida Tangari

Paulo Antônio Spencer Uebel

Pedro Aguiar de Freitas

Conselho Fiscal

Membros efetivos

Eliane Velo Domingues

Lucas Brandão Filho

Luciana Cássia Nogueira

Marcelo Campos Antunes

Taryn Nakayama

Tiago Fantini Magalhaes

Diretoria

André Giacini de Freitas
Diretor-presidente

Adriano Haueisen Batista
Diretor de Planejamento e Gestão

Carlos Eduardo Vaz de Mello Tannus
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor de Programas

Responsável Técnico

Wandeir Campos da Silva
Contador - CRC-MG 122183/O-9